

Transportes 2016

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL





Presidente da República: Michel Temer

Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil: Maurício Quintella Malta Lessa

Secretário-Executivo: Fernando Fortes Melro Filho

Secretário de Política Nacional de Transportes: Herbert Drummond

Secretário de Gestão dos Programas de Transportes: Luciano de Souza Castro

Secretário de Fomento para Ações de Transportes: Dino Antunes Dias Batista

Secretário de Política Regulatória de Aviação Civil: Rogério Teixeira Coimbra

Secretário de Aeroportos: Leonardo Victor Dantas da Cruz

Secretário de Navegação Aérea Civil: Rafael José Botelho Faria - Secretário Substituto

Secretário de Infraestrutura Portuária: Daniel Maciel de Menezes Silva

Secretário de Políticas Portuárias: Luiz Fernando Garcia da Silva

Subsecretária de Planejamento e Orçamento: Ana Maria Almeida Brito

Subsecretário de Assuntos Administrativos: Wallace Moreira Bastos

Consultor Jurídico: Rafael Magalhães Furtado

Índice

Mensagem	05
Execução Orçamentário-Financeira	06
Principais Resultados	
Rodovias	08
Ferrovias	22
Aeroportos	31
Hidrovias	40
Portos	45
Marinha Mercante	54
Incentivos ao Investimento	57
Ações Especiais	60
Política de Transportes	70

2016, ano de preparação para a mudança

No último ano, o Brasil vivenciou uma das maiores crises de sua história, que se refletiu de forma severa no setor de infraestrutura. O novo Governo assumiu com o compromisso de por o país nos trilhos, assegurando o retorno da governabilidade, o diálogo e propondo uma agenda de reformas estruturantes para a retomada do crescimento e melhoria da gestão pública.

Nesse contexto, ocorreu a reestruturação governamental, que culminou na criação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, a partir da agregação das atribuições das extintas Secretaria de Portos da Presidência da República e Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República ao Ministério dos Transportes. Tal medida, além de otimizar os gastos, viabiliza o planejamento integrado do setor.

Os desafios da nova pasta eram gigantescos: a situação orçamentária era complexa, com inúmeros empreendimentos paralisados ou em ritmo muito lento, empresas demitindo trabalhadores e os investidores nacionais e estrangeiros totalmente sem confiança no futuro. Era necessário reverter esse quadro.

Diante dos escassos recursos disponíveis, a gestão atuou com responsabilidade e criatividade, ampliando o nível de governança. Foi priorizada a manutenção da infraestrutura e a continuidade dos projetos estruturantes, principalmente aqueles com maior estágio de execução. Cumpriu-se uma programação realista, com ênfase nos corredores de exportação e de integração nacional.

Também houve intenso esforço para atrair a iniciativa privada a voltar a investir. Atuamos firmemente para repactuar contratos, ajustar modelos e desburocratizar procedimentos para viabilizar as concessões, aliando viabilidade econômica e segurança jurídica. No âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), foi proposta já na primeira fase do Programa, 11 projetos para o setor de infraestrutura de transportes, sendo quatro aeroportos, dois terminais portuários, duas rodovias e três ferrovias. Todos absolutamente dentro do cronograma anunciado.

Para o ano de 2017, as perspectivas são bastante promissoras. O Ministério inicia esse novo ciclo sem dívidas e com orçamento ampliado. Há sinais claros que a confiança dos empresários e fornecedores foi resgatada. Obras que estavam inacabadas estão sendo retomadas e há intenso diálogo com o setor privado para modernizarmos nosso normativo. Com o reaquecimento da economia, espera-se que mais investimentos e inovações serão trazidos para o setor de infraestrutura logística, proporcionando um ciclo virtuoso de geração de emprego e renda.

É por tudo isso, que temos a certeza que 2017 será o ano da retomada.



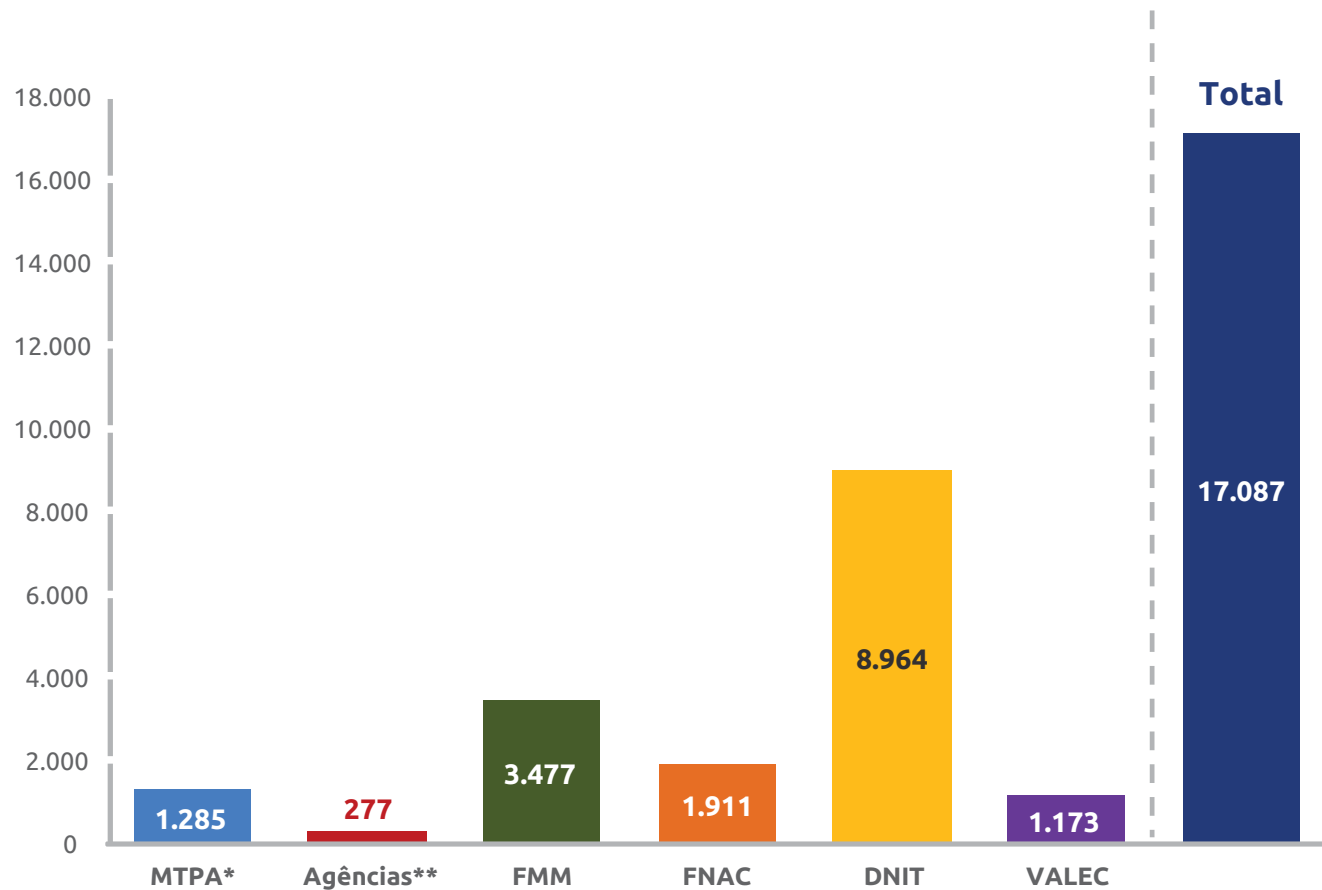
Execução Orçamentário-Financeira

Principais Resultados

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL



Execução Orçamentário-Financeira



* Administração Direta, SAC e SEP

** ANTT, ANTAQ, ANAC e EPL

Dados em R\$ Milhões

Fonte: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO



Rodovias

Principais Resultados

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL



Aspectos Gerais

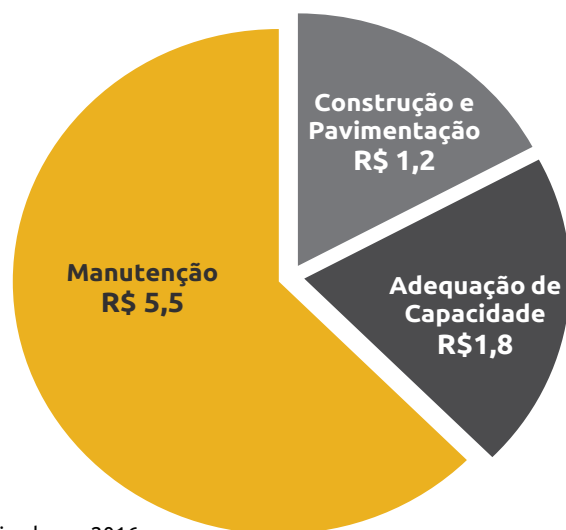
Os investimentos em obras de **manutenção, duplicação, adequação e construção de rodovias** visam ampliar a capacidade de tráfego, ordenar o trânsito das rodovias nos perímetros urbanos e garantir condições permanentes de segurança e conforto na circulação de veículos e usuários.

Investimento Público - R\$ 8,5 bilhões*

Esses investimentos possibilitaram:

- Manutenção do pavimento
- Conclusão de empreendimentos que estavam em estágio avançado de execução
- Pavimentação de trechos, bem como a continuidade e a retomada de obras estruturantes em todas as regiões do país

Investimentos aplicados em Obras (2016) - R\$ bilhões



* Realizado em 2016

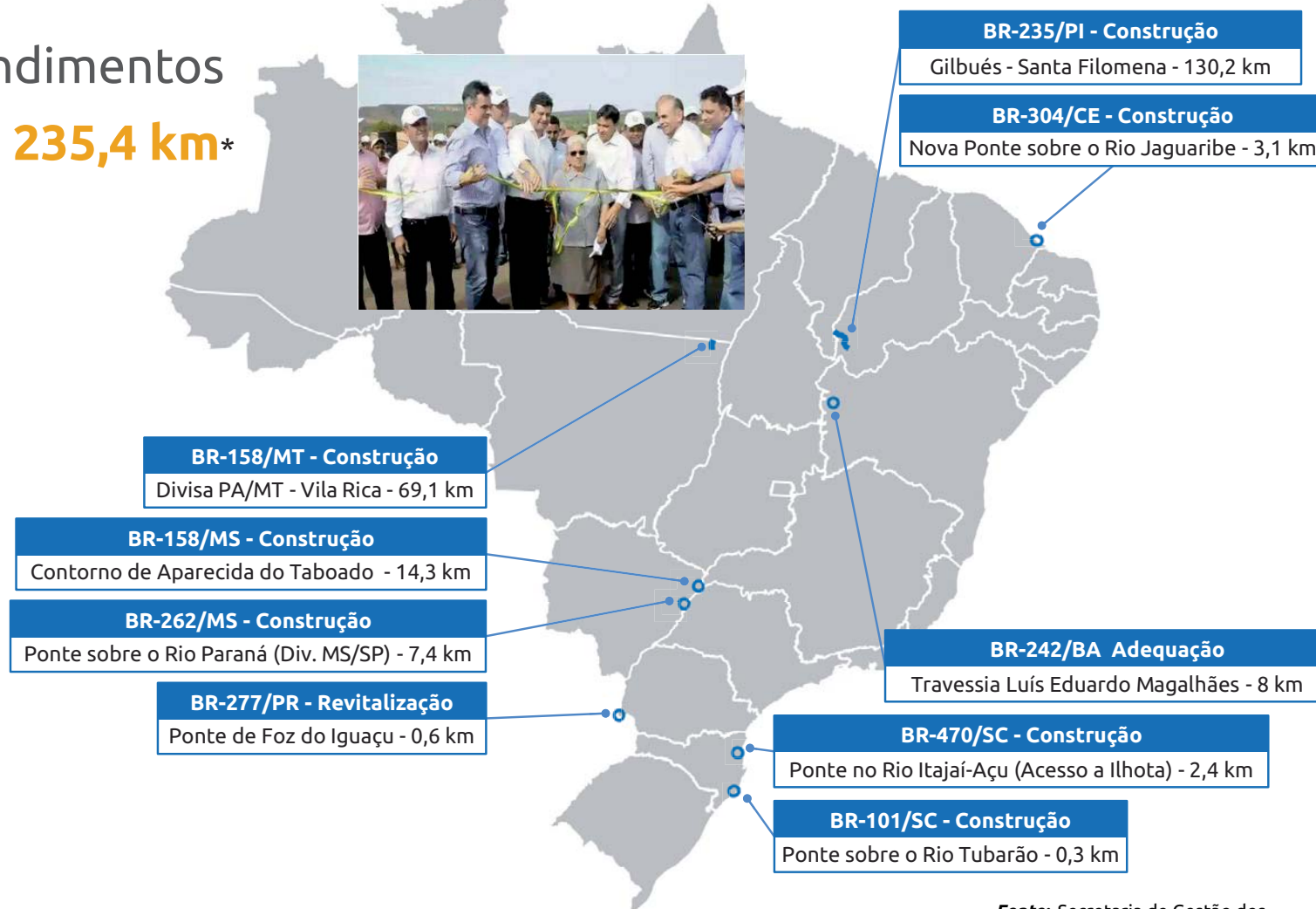


Dados em R\$ Bilhões

Fonte: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO

Obras Entregues

9 empreendimentos entregues **235,4 km***



* Extensão refere-se ao aos empreendimentos finalizados em 2016 e que foram construídos ao longo dos últimos anos

Fonte: Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES

Manutenção

Em 2016, foram investidos R\$ 4,0 bilhões na manutenção da malha federal administrada pelo DNIT, 63,5 mil km que asseguraram a cobertura de 90,2% dessa extensão. Em decorrência de prazos contratuais distintos, apenas 4,6% da malha deixou de ser contemplada contratualmente no período.

Malha rodoviária federal pavimentada (52,9 mil km): Contratos de manutenção rodoviária abrangem 48,8 mil km (92,3% da malha). A manutenção dessas rodovias é definida por mais de uma modalidade de contratos, assim caracterizados:

- **Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (CREMA):** o programa está vinculado a cláusulas de desempenho que preveem a realização de obras de recuperação do pavimento e execução dos serviços de manutenção e de conservação rotineira, por prazos contratuais que variam de dois a cinco anos. Foram cobertos por este programa 18,1 mil km de rodovias pavimentadas.
- **Restauração:** realizadas obras em 1,4 mil km, considerando intervenções abrangentes na pista
- **Conservação:** realizadas obras em 29,3 mil km de rodovias pavimentadas.
- **Malha rodoviária federal não pavimentada (10,6 mil km):** Contratos de manutenção rodoviária abrangem 8,5 mil km (79,9% da malha)



Fonte: Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES

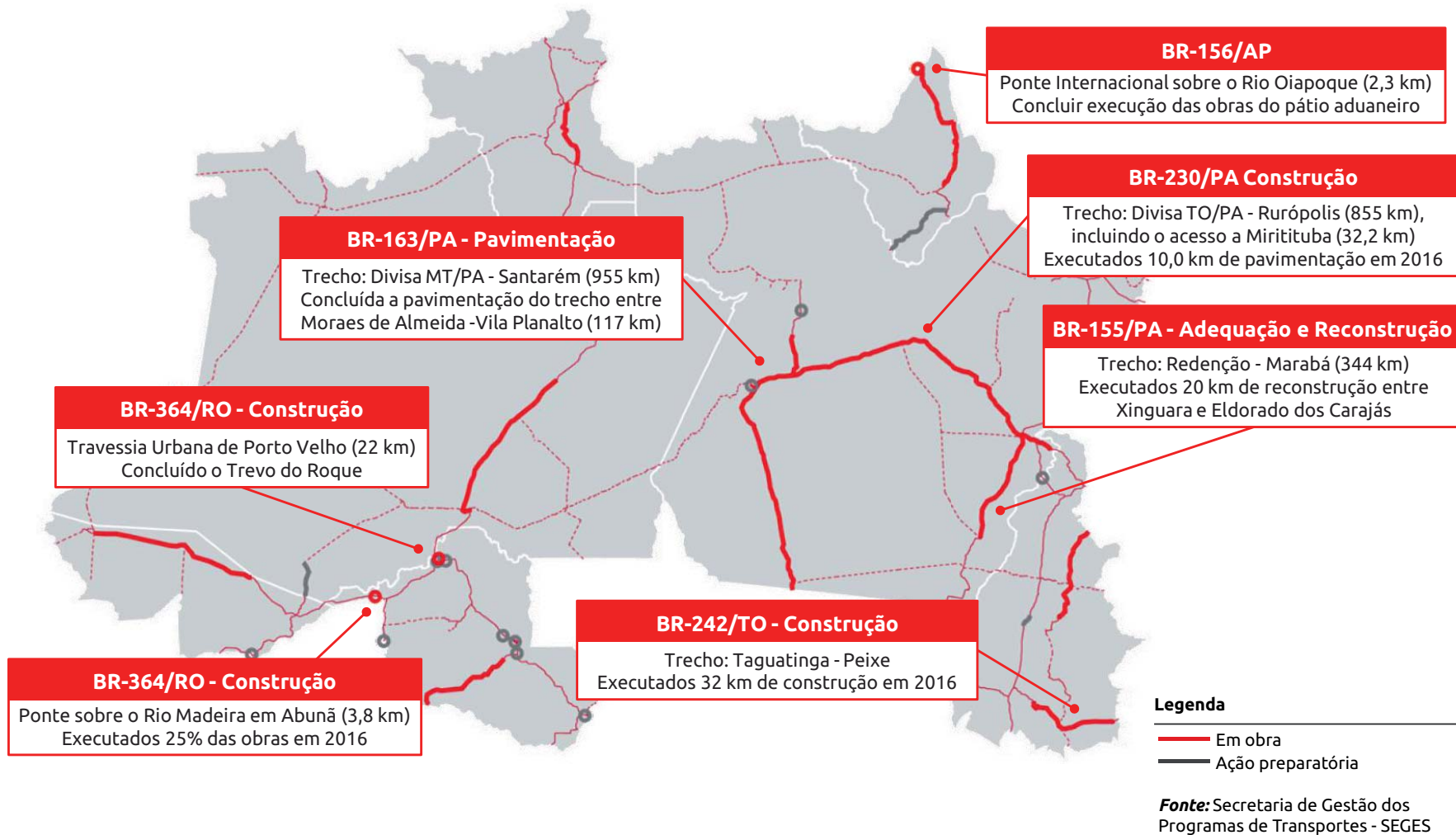
Investimento Público Aplicado - R\$ 3 bilhões

Executados 2016 - Duplicação, Adequação, Construção e Pavimentação de rodovias administradas pelo DNIT:

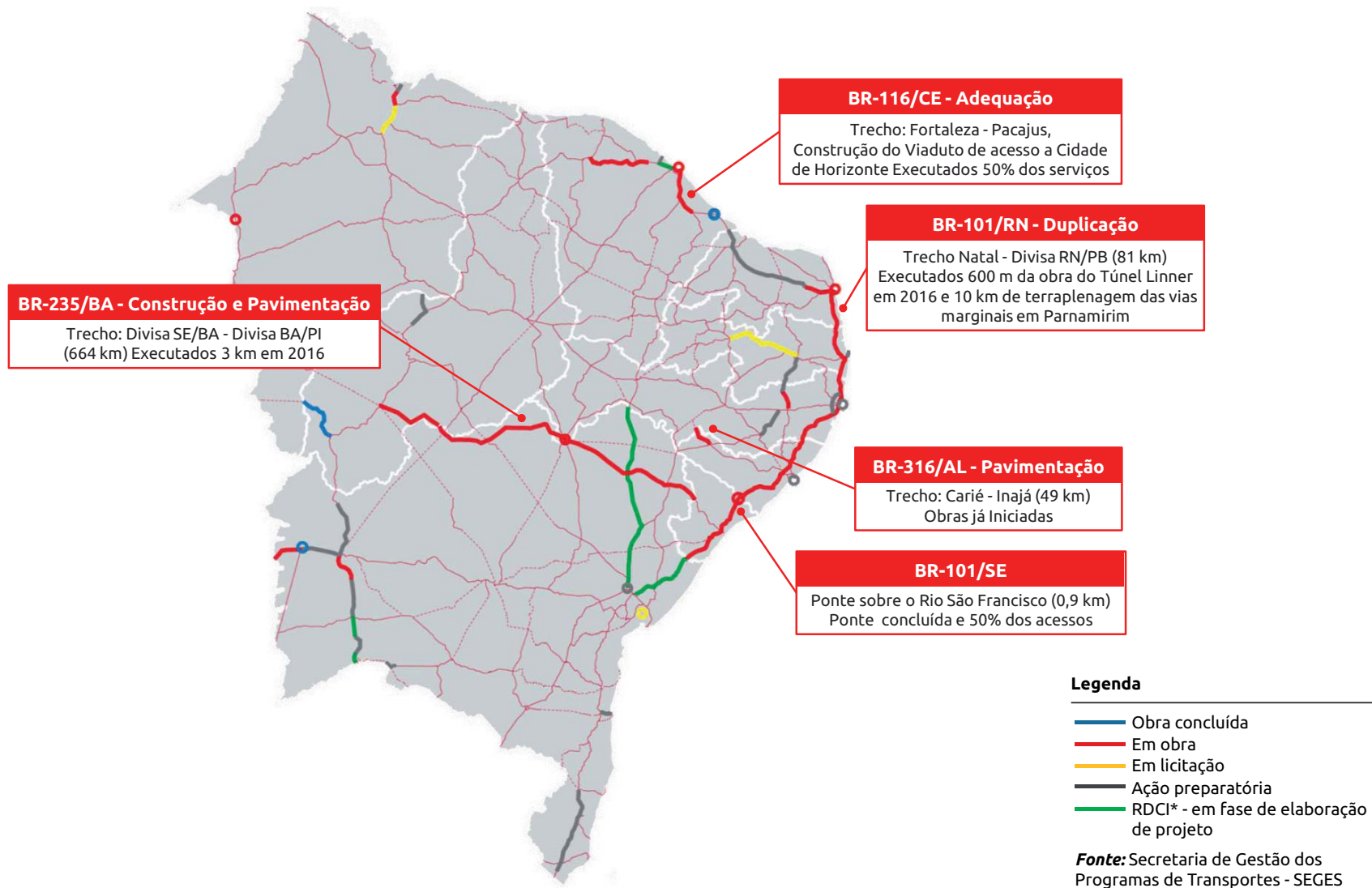
Total
119 km



Obras em Destaque - Região Norte

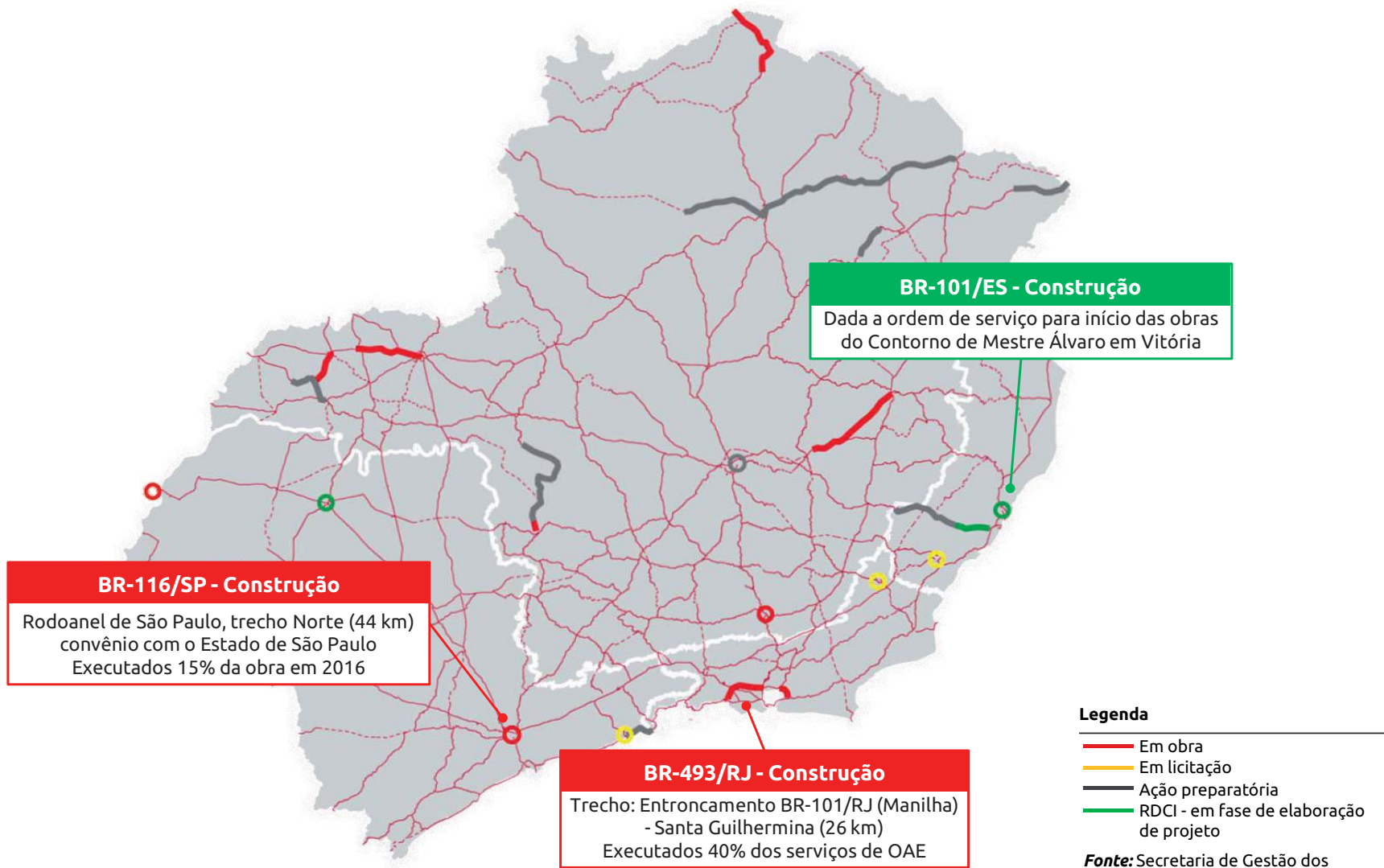


Obras em Destaque - Região Nordeste

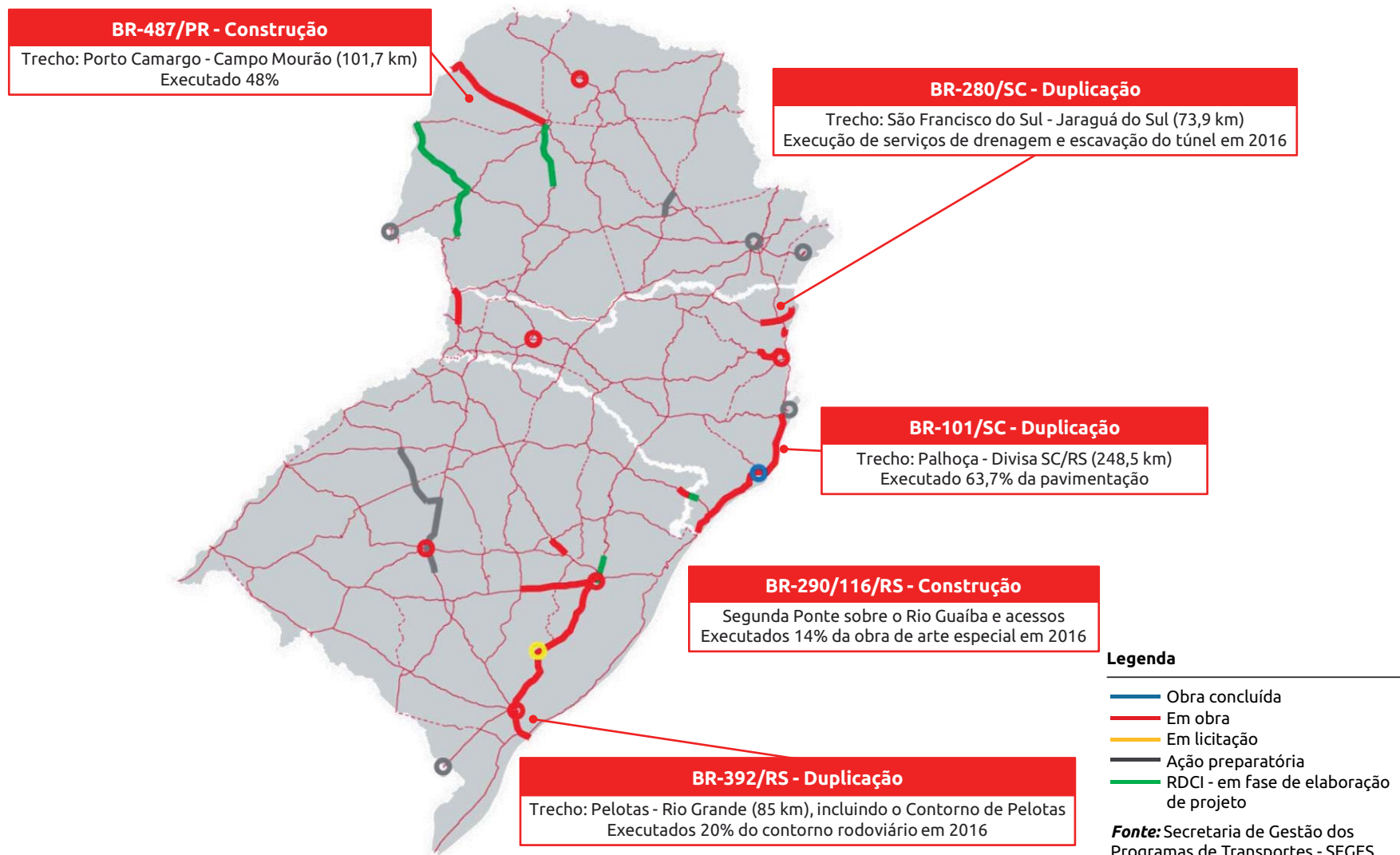


* Regime Diferenciado de Contratação Integrada - RDCI (Lei nº 12.462/2011)

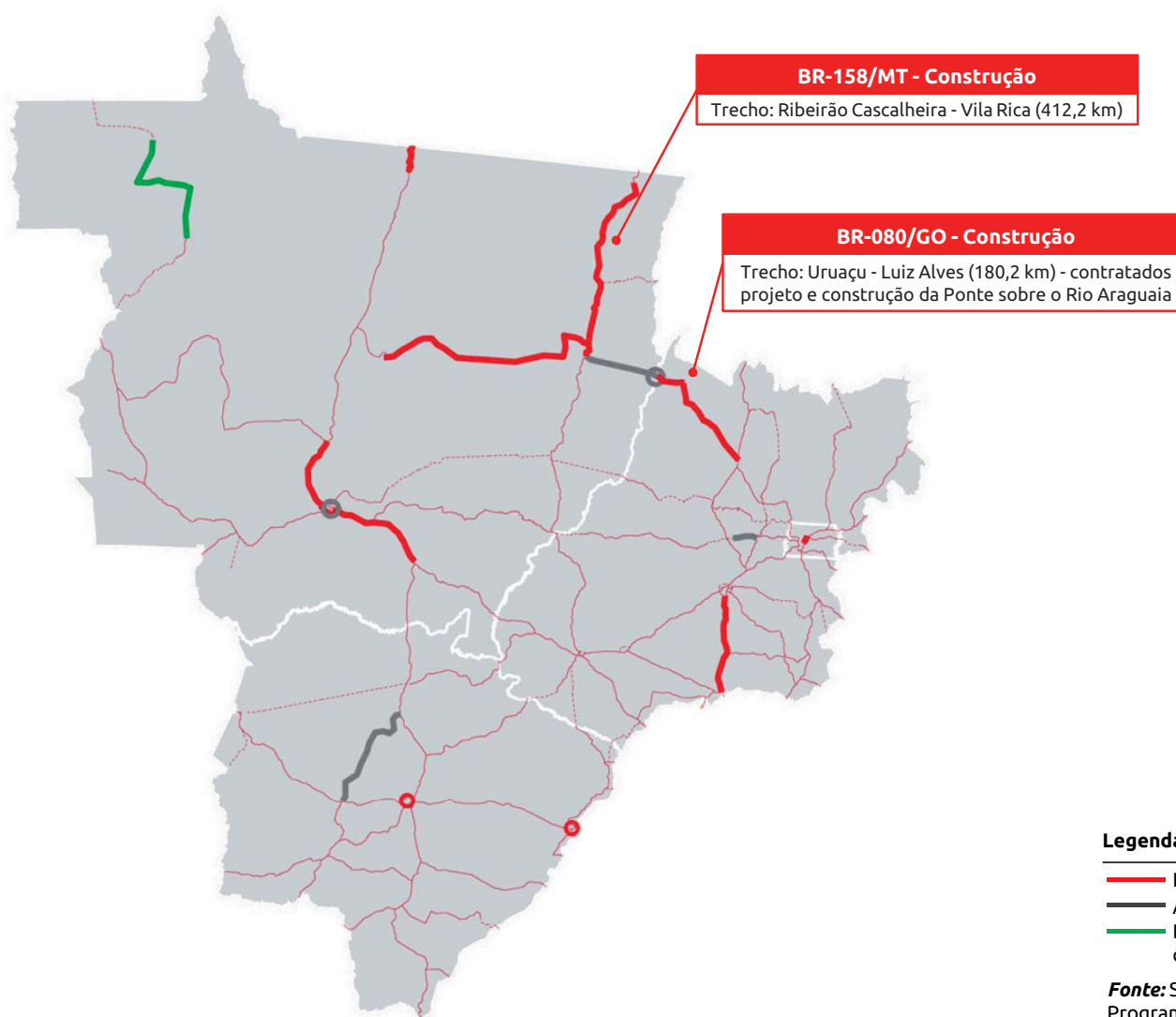
Obras em Destaque - Região Sudeste



Obras em Destaque - Região Sul



Obras em Destaque - Região Centro-Oeste



Operação

Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV

O programa objetiva aumentar a segurança viária dos núcleos urbanos adjacentes às rodovias federais com instalação de equipamentos eletrônicos de fiscalização do trânsito. Em 2016, entraram em operação 111 equipamentos, totalizando 3.551 instalados em todo o país.

Plano Nacional de Pesagem - PNP

O modelo de controle do excesso de peso dos veículos de transporte de carga e de passageiros que trafegam nas rodovias federais vem evoluindo ao longo dos anos. Passou dos Postos de Pesagem de Veículos, para uma proposta de Postos Integrados Automatizados de Fiscalização (PIAF), que permitem a coleta automatizada de dados de veículos pesados, visando a redução do tempo de parada para inspeção.

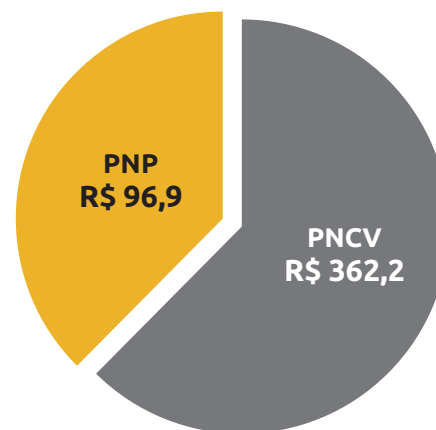
Em 2016, foram desenvolvidos projetos para 35 Postos Integrados Automatizados de Fiscalização, tendo sido aprovados projetos básicos para 11 deles e realizados estudos de viabilidade para outros 27 postos integrantes da 2ª etapa do PIAF.

Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária - BR-LEGAL

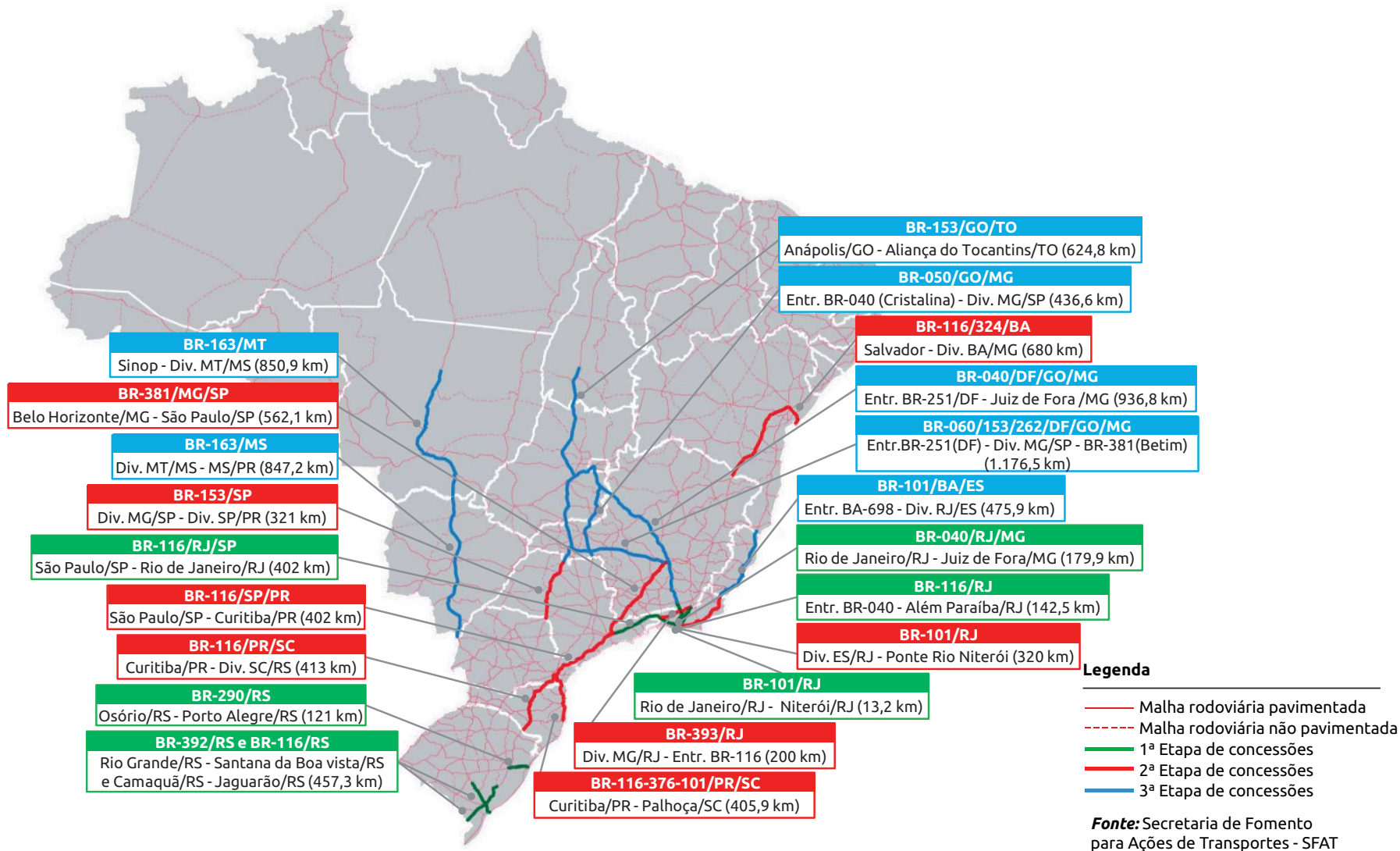
A sinalização das rodovias federais é realizada por meio do Programa BR-LEGAL, que prevê a implantação e a manutenção de sinalização horizontal, vertical e suspensa; de dispositivos auxiliares de segurança viária e de serviços relacionados à área de engenharia de trânsito, em contratos por desempenho, com prazo de cinco anos para sua execução.

Em 2016, foram assinados contratos para cerca de 2 mil km de rodovias, totalizando 53,7 mil km contemplados pelo BR-Legal. No ano, houve intervenções na execução de sinalização horizontal em 26,9 mil km, vertical em 15,2 mil km e dispositivos de segurança em 11,2 mil km.

Investimentos em Operação
(2016) - R\$ 459,1 milhões



Concessões



Concessões - Principais Obras - 2016

Ao longo de 2016, foram executados cerca de 114 km de rodovia entre duplicações, contornos e alterações de traçado.

Investimento Privado - R\$ 2,5 bilhões*

Concessionária	Principais obras em andamento	Extensão total a ser executada (km)	Executado em 2016 (%)	Acumulado até 2016 (%)
VIA 040	BR-040 DF/GO/MG (Brasília-DF - Juiz de Fora-MG) - Duplicação	557,2	1,27	11,1
MGO	BR-050 GO/MG (Entroncamento com a BR-040 (Cristalina/GO) - Divisa MG/SP) - Duplicação	218,5	10,7	17,9
CONCEBRA	BR-060-153-262 DF/GO/MG (DF - Divisa com MG/SP) - Duplicação	647,8	4,7	10,2
MSVIA	BR-163 MS (Início na divisa com o estado do MT e término na divisa com o PR) - Duplicação	806,3	1	11,7
CRO	BR-163/MT - BR-163 e MT-407 (do MS até o entroncamento com a MT-220) - Duplicação	453,6	4,22	25,7
AUTOPISTA FLUMINENSE	BR-101/RJ - Duplicação do trecho Campos - Entroncamento RJ Via Lagos /RJ	176,6	12	63,9
AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT	BR 116/SP/PR - Duplicação da Serra do Cafezal	30,3	3,87	82,9
AUTOPISTA LITORAL SUL	Obras do Contorno de Florianópolis	49	4	14
TRANSBRASILIANA	Rodovia BR-153/SP (Divisa MG/SP - Divisa SP/PR) - Duplicação	36,6	0,2	33,9
CONCER	BR-040/RJ/MG - Execução da Nova Subida da Serra de Petrópolis	20,7	3,1	40,6

*Valor contabilizado até o mês de setembro/2016

Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

Concessões - Principais Obras TAC

Com os Termos de Ajuste de Conduta - TAC, assinados em 2013, entre a ANTT e as concessionárias da 2ª etapa de Concessões Federais, **foi possível concluir 409 obras até 2016.**

Concessionária	Rodovias e Trechos	Total de Obras do TAC	Obras Concluídas	Obras em andamento	Obras a iniciar	Total de obras Concluídas e em Andamento	Obras concluídas/ total de obras (%)
PLANALTO SUL	Rodovia BR-116/PR/SC (Curitiba/PR - Divisa SC/RS)	19	19	0	0	19	100%
FLUMINENSE	Rodovia BR-101/RJ (Divisa ES/RJ - Acesso à Ponte Rio-Niterói)	86	71	10	5	81	83%
FERNÃO DIAS	Rodovia BR-381/MG/SP (Belo Horizonte/MG - São Paulo)	144	130	8	6	138	90%
RÉGIS BITTENCOURT	Rodovia BR-116/SP/PR, (São Paulo/SP - Curitiba/PR)	55	31	24	0	55	56%
LITORAL SUL	Rodovias BR-116/PR, BR-376/PR e BR-101/SC (Curitiba/PR - Florianópolis/SC)	145	94	32	19	126	65%
TRANSBRASILIANA	Rodovia BR-153/SP (Divisa MG/SP - Divisa SP/PR)	13	5	4	4	9	38%
VIABAHIA	Rodovias BR-324/BA e BR-116/BA (Salvador/BA Feira de Santana/BA - Divisa BA/MG)	42	14	19	9	33	33%
RODOVIA DO AÇO	Rodovia BR-393/RJ (Divisa MG/RJ, Entroncamento com a Via Dutra BR-116/RJ)	61	45	6	10	51	74%
Total		565	409	103	53	512	72%



Ferrovias

Principais Resultados

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL



Resultados

Em 2016, foi dada continuidade às ações para aumento de capacidade da malha existente e realizados investimentos para ampliação da rede ferroviária.

O transporte por ferrovia foi de **503,8 milhões de TU***, produzindo **341,2 bilhões de TKU****.

Obras que avançaram no exercício:

- **Ferrovia Norte-Sul extensão sul**
- **Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOl**
- **Transnordestina**



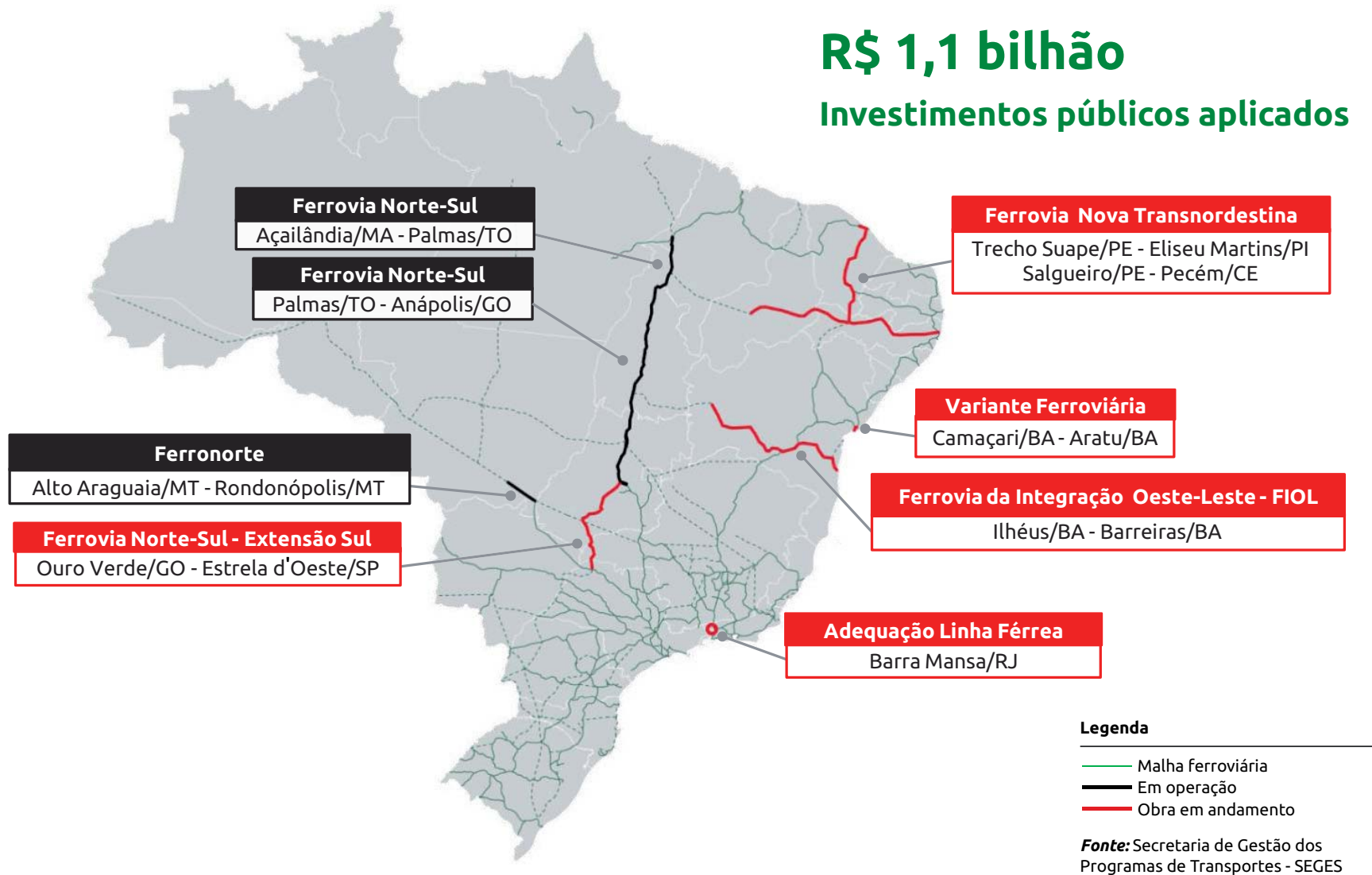
*TU (tonelada útil): total de carga movimentada na malha, no transporte remunerado.

** TKU (tonelada quilômetro útil): tonelada útil transportada multiplicada pela distância percorrida.

Fonte: Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT e Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES

R\$ 1,1 bilhão

Investimentos públicos aplicados



Ferrovias Norte-Sul - FNS

Trecho Palmas/TO - Anápolis/GO (855 km):

- Obra concluída e em fase de operação assistida pela VALEC;
- O trecho já possui autorização de tráfego comercial.

Extensão Sul - Trecho Ouro Verde/GO - Estrela d'Oeste/SP (682 km):

Foram executados 3,8% de infraestrutura, 2,7% de superestrutura e 8,6% de obras de arte especiais.

Em 2016, o avanço físico acumulado do trecho foi de 91,55%:

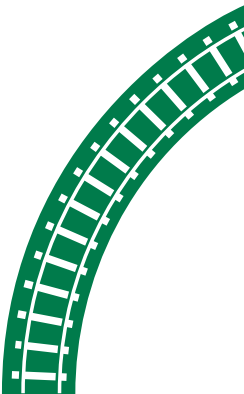
- 94,9% de infraestrutura;
- 88,4% de superestrutura;
- 88,9% de obras de arte especiais.



Legenda

- Malha ferroviária
- Em operação
- Obra em andamento
- Estudo concluído

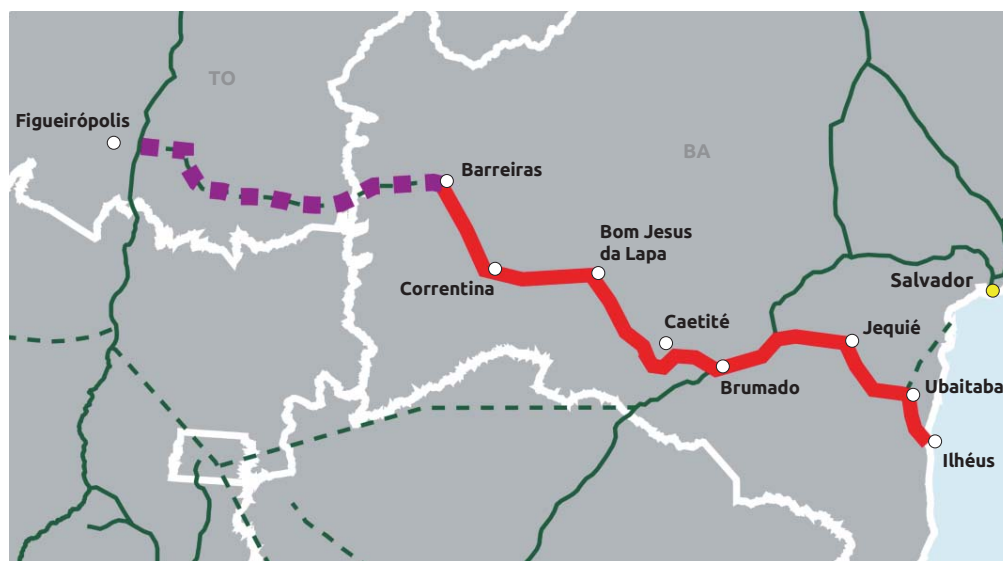
Fonte: Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES



Ferrovias de Integração Oeste-Leste - FIOL

Trecho Ilhéus/BA - Caetité/BA (537 km) - Executados 0,6% de infraestrutura e 10,1% de obras de arte especiais em 2016. O avanço físico acumulado de todo o trecho foi de 70,2% de infraestrutura, 68,4% de superestrutura e 80,1% de obras de arte especiais, totalizando 71,1% da execução física do trecho.

Trecho Caetité/BA - Barreiras/BA (485 km) - Executados 8,2% de infraestrutura, 1,7% de superestrutura e 12,1% de obras de arte especiais. O avanço físico deste trecho acumulado, corresponde a 19% de infraestrutura, 11% de superestrutura e 15,3% de obras de arte especiais, totalizando 16,1% da execução física do trecho.



Legenda

- Malha ferroviária
- Obra em andamento
- - - Estudo em andamento

Fonte: Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES

Investimentos privados - R\$ 5,9 bilhões

Neste rol, encontram-se obras ferroviárias em implantação que viabilizarão, além do aumento da capacidade de transporte, melhoria da eficiência operacional, destacando-se:

Transnordestina(1753 km): Execução acumulada até 2016: 52%

Estrada de Ferro Carajás - EFC:

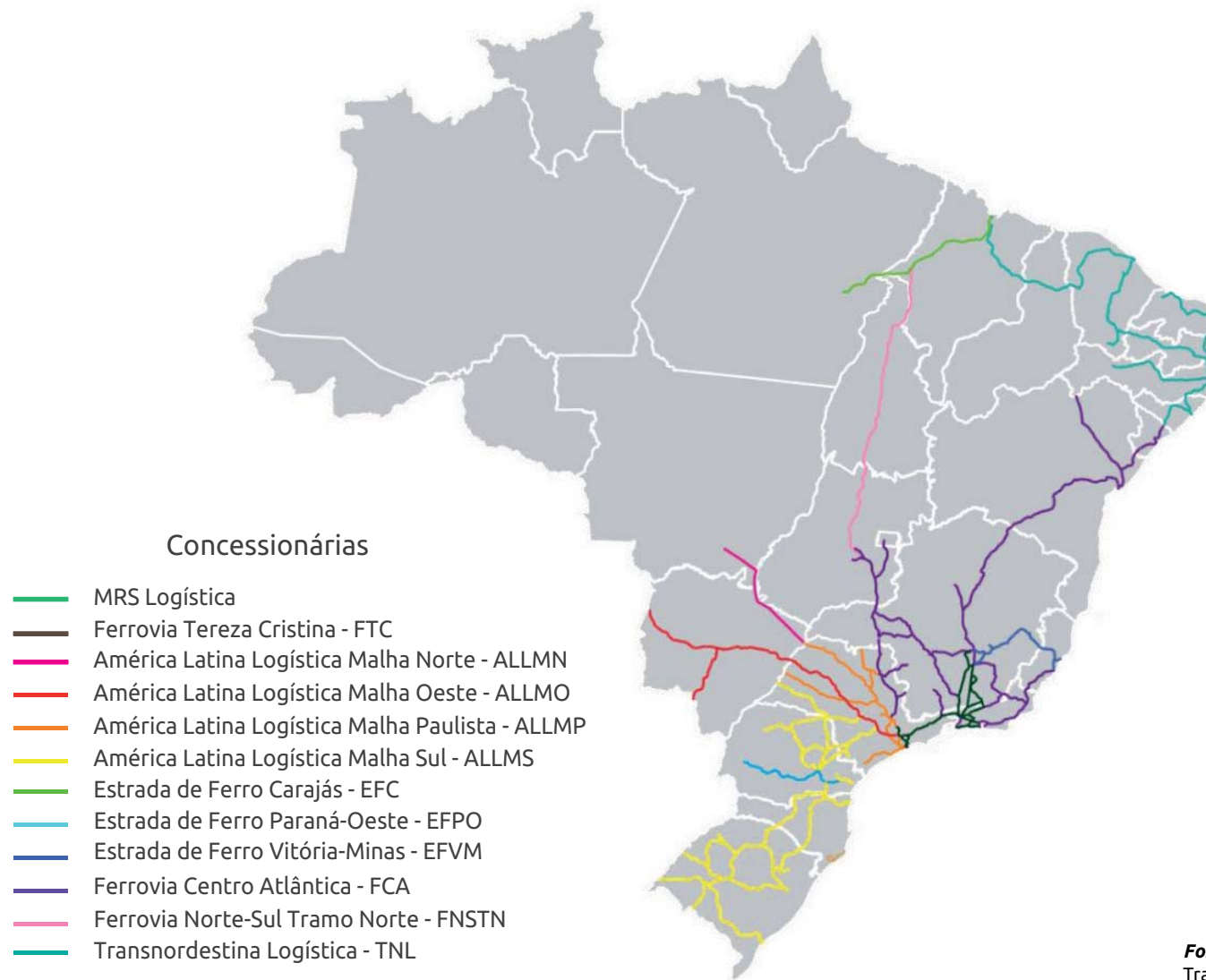
- Duplicação: 892 km, execução acumulada de 52%, até set/2016;
- Ramal Sudeste do Pará: Concluído.

Duplicação do trecho Campinas - Evangelista de Souza (ALLMP): Concluída, mas com obras pendentes.

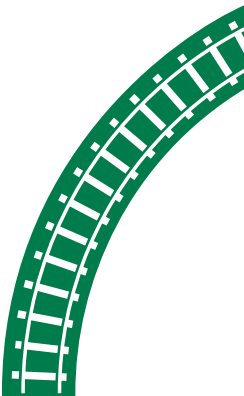


Fonte: Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT

Concessões



Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT



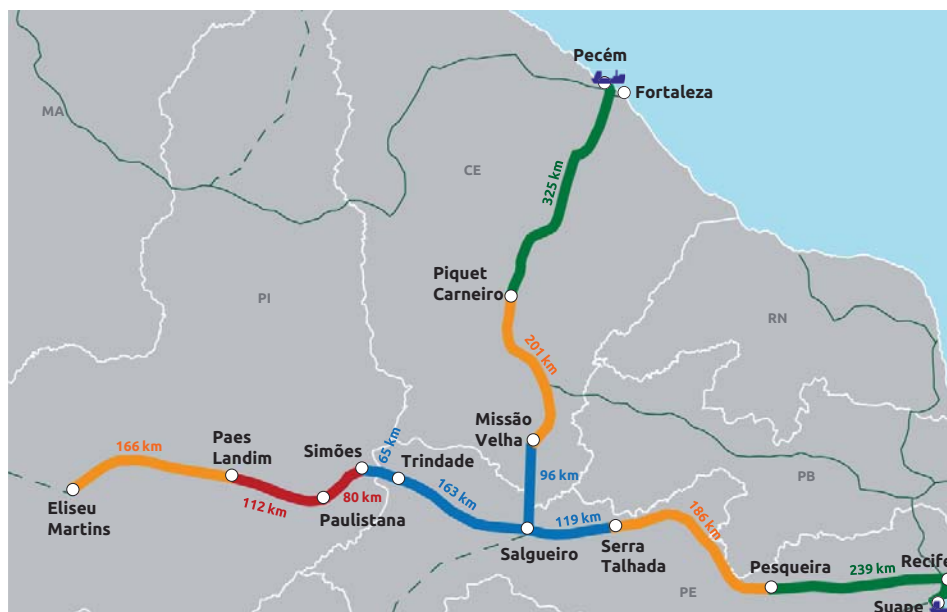
Ferrovia Nova Transnordestina

Situação por trecho:

- Salgueiro - Trindade: concluída
- Trindade/PE - Eliseu Martins/PI: Execução acumulada até 2016 - 64%
- Salgueiro - Suape: Execução acumulada até 2016 - 41%
- Missão Velha - Pecém: Execução acumulada até 2016 - 15%

Construção de 1.753 km: execução acumulada até 2016 (52%)*

- Execução até dez/2016: 599,5 km com grade lançada
- Desembolso 2016: R\$ 140 milhões
- Desembolso Total: R\$ 6,3 bilhões



Legenda

- Malha ferroviária existente
- Obra concluída
- Em obra
- Obra paralisada
- Obra não iniciada

Fonte: Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT

*Em função da aprovação da readequação orçamentária do projeto, a partir de maio de 2016, foi considerado o orçamento base de R\$ 11,2 bilhões para o cálculo dos avanços físicos.

Ações em Áreas Urbanas

Contorno Ferroviário de Apucarana/PR: aprovação do projeto básico e executivo.

Variante Ferroviária de São José do Rio Preto/SP – Mirassol/SP – Cedral/SP: iniciado o EVTEA e projeto básico.

Conflito ferroviário no município de Curitiba/PR: elaboração do EVTEA para avaliar a Viabilidade das Alternativas.

Conflitos rodoferroviários no município de Juiz de Fora/MG: execução de, aproximadamente, 4% da construção de intervenções.

Adequação ferroviária no município de Guararema/SP: execução de aproximadamente 28,2% da obra de adequação ferroviária.

Transposição da via férrea no município de Conchas/SP: os projetos foram concluídos em 2016, e estão aguardando liberação de recursos para publicação da licitação.

Transposição da via férrea no município de Mogi das Cruzes/SP: os projetos foram concluídos em 2016, e estão aguardando liberação de recursos para publicação da licitação.

Variante Ferroviária (Camaçari/BA – Aratu/BA): execução física de 1% da obra. Contratos anteriores de construção e supervisão rescindidos. Novo edital de contratação em elaboração.

Adequação da Linha Férrea (Barra Mansa/RJ): execução de 74% da obra de adequação ferroviária e 55% da obra do pátio ferroviário. Solução de reassentamento das famílias impactadas acordada entre DNIT, MPF e Município, com Termo de Referência pronto para contratação da construção das unidades habitacionais.





Aeroportos

Principais Resultados

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL



Resultados

89%

Índice de pontualidade (dez/16)*

109 milhões

Passageiros transportados

R\$322

Preço médio da passagem



*Operação "Fim de Ano" 2016/2017

(14/dez a 08/jan - 14 Aeroportos: SBBR, SBCF, SBCT, SBCY, SBEG, SBFZ, SBGL, SBGR, SBKP, SBPA, SBRF, SBRJ, SBSP e SBSV)



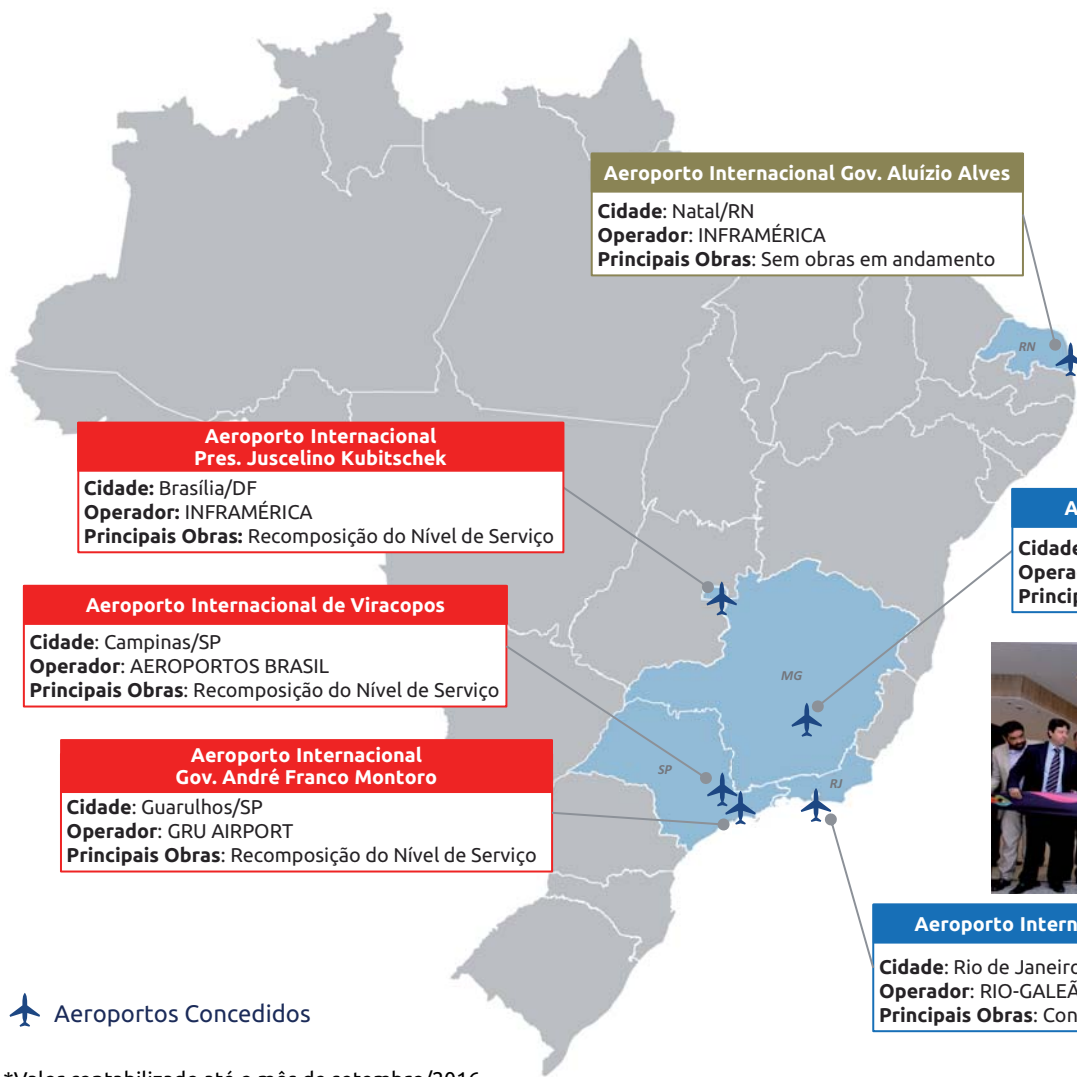
Taxa de ocupação

- **71%** Doméstico
- **72,8%** Internacional

Fonte: Secretaria de Aviação Civil/MTPA

Concessões

R\$ 952,3 milhões*
Investimento privado



- Legenda**
- Obra concluída
 - Em obra
 - Sem obra

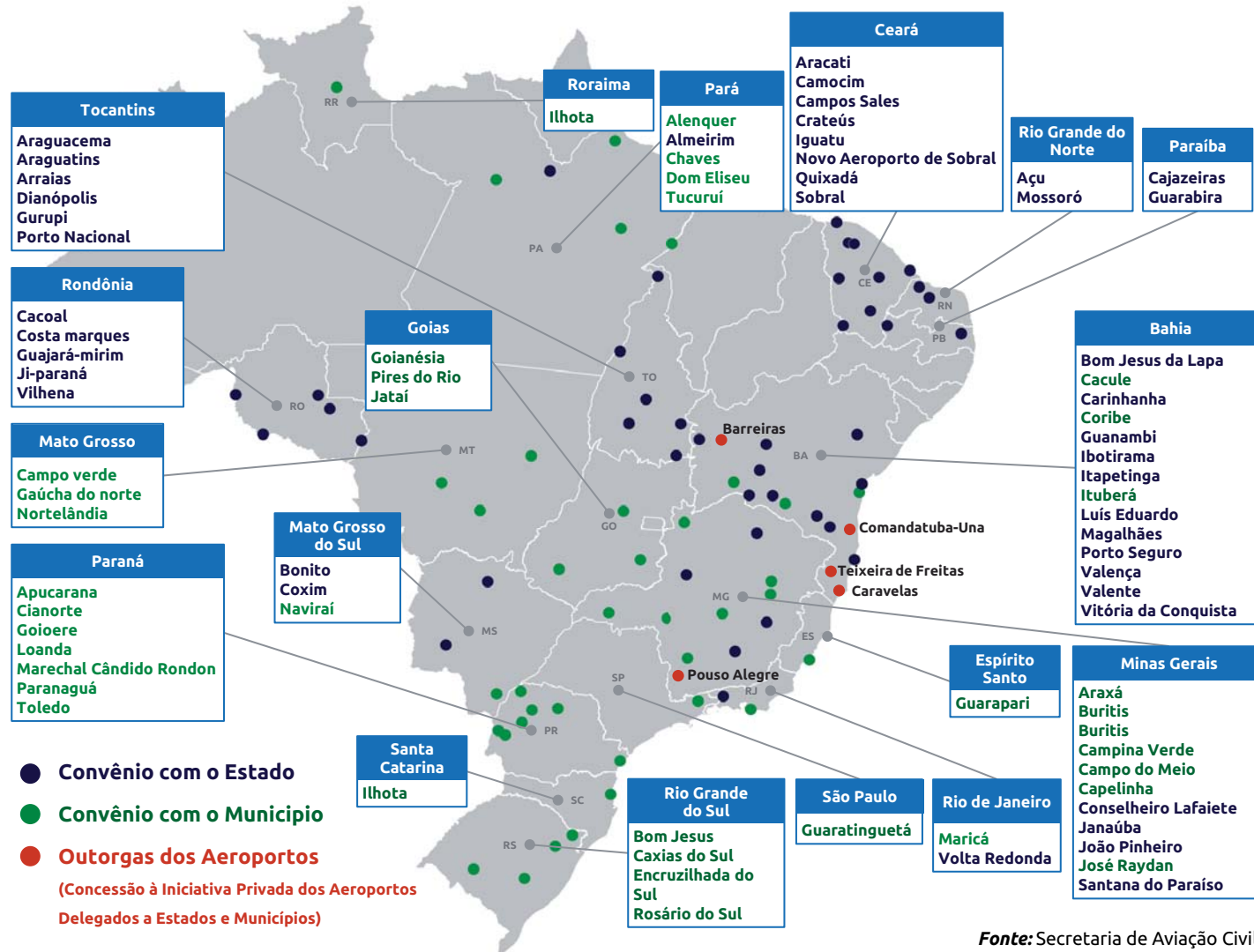
Fonte: Secretaria de Aviação Civil/MTPA

Aeroportos Concedidos

*Valor contabilizado até o mês de setembro/2016

Aeroportos Delegados para Estados e Municípios

Em 2016 foram celebrados **78 termos** de delegação para Estados e Municípios



Fonte: Secretaria de Aviação Civil/MTPA

Olimpíadas e Paralimpíadas

Delegações de **206 países**

Mais de **14 milhões de passageiros transportados**, sendo 1 milhão entre atletas, delegações e turistas

Na véspera da abertura, **85 mil passageiros passaram pelo Galeão**

2.500 servidores reforçaram a fiscalização e a orientação aos passageiros

Durante as Olimpíadas e Paralimpíadas

Índice de pontualidade - **95%**

Índice de aprovação - **91%**



Dados referentes ao período da "Operação Rio" 2016 (28/07 a 20/09/2016)

9 Aeroportos (SBRJ, SBGL, SBSP, SBGR, SBKP, SBBR, SBCF, SBEG, SBSV)

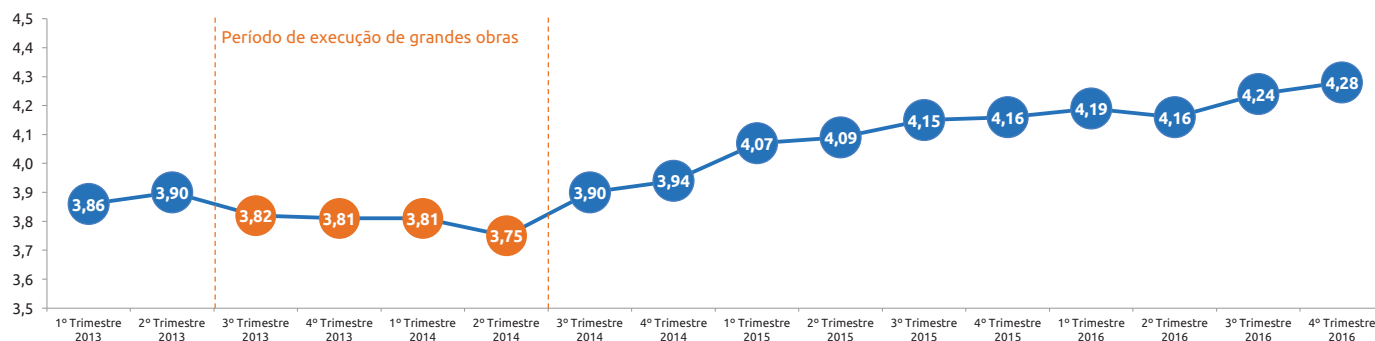
Fonte: Secretaria de Aviação Civil/MTPA

Pesquisa de Satisfação dos Passageiros

Desde o início das coletas, em 2013, é divulgado, trimestralmente, o “Relatório de Desempenho Operacional dos Aeroportos”, contendo os resultados da pesquisa permanente que mede a satisfação dos passageiros em relação aos terminais que movimentam 80% da demanda do país. São 38 indicadores de serviços, atendimento, infraestrutura e gestão aeroportuária.

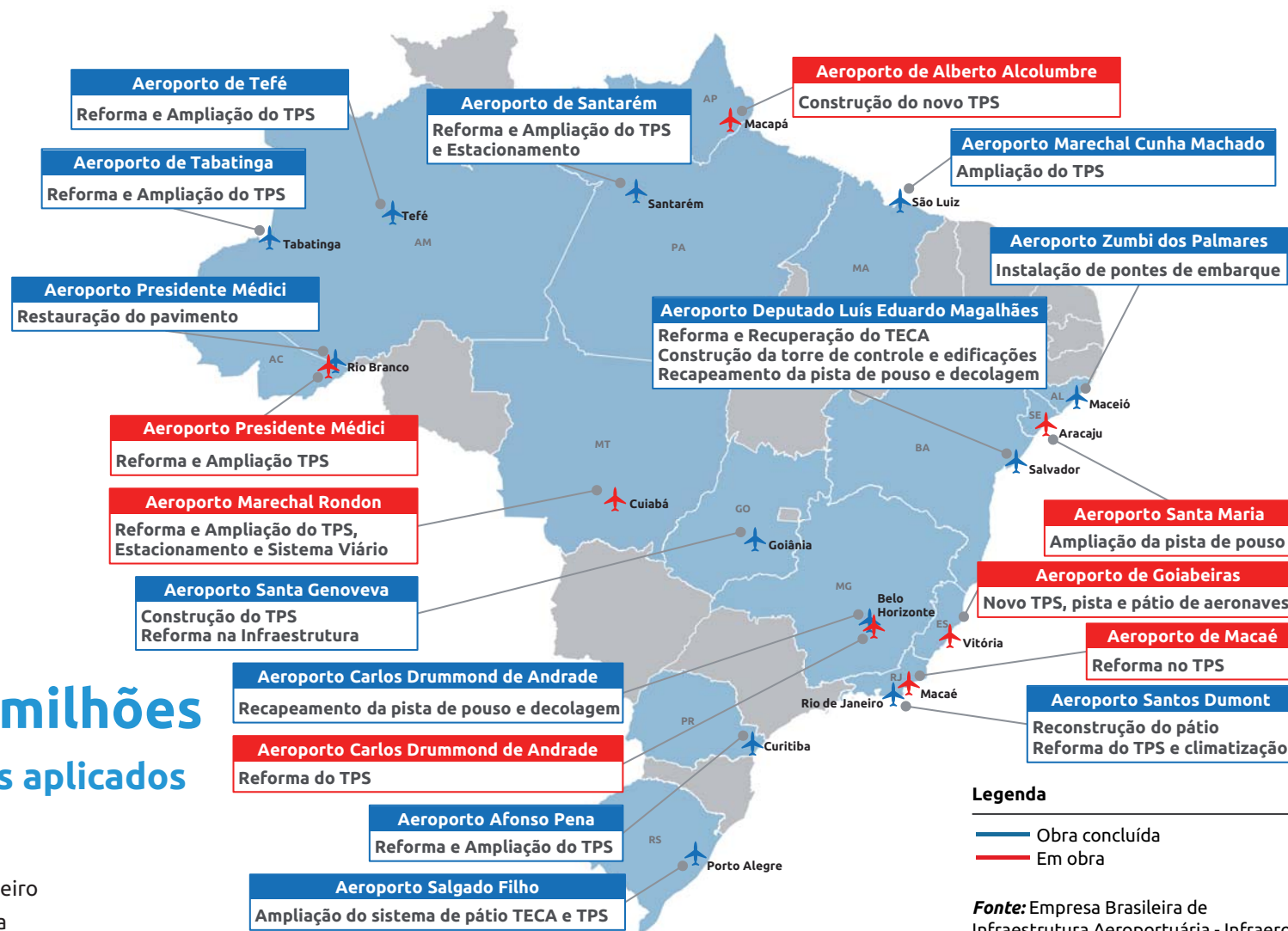
No 4º trimestre de 2016, os índices de satisfação do passageiro consagraram 15 aeroportos dentre os mais movimentados do Brasil, com a aprovação de 90% dos passageiros. Em uma escala de 1 a 5, a média de satisfação nos aeroportos pesquisados chegou a 4,28, registrando o maior valor do indicador. O aeroporto de Curitiba teve o melhor resultado de Satisfação Geral, já pontuado na pesquisa 4,72.

Evolução da satisfação geral do passageiro



Fonte: Secretaria de Aviação Civil/MTPA

Obras Aeroportos



R\$ 482,3 milhões
Investimentos aplicados

TPS: Terminal de Passageiro
TECA: Terminal de Carga

Condições Gerais de Transportes

O Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil participou ativamente com a ANAC, por meio da Secretaria de Aviação Civil, do processo de revisão das condições gerais aplicáveis ao transporte aéreo regular doméstico e internacional de passageiros, que culminou na publicação da Resolução ANAC nº 400, de 13 de dezembro de 2016, que “dispõe sobre as Condições Gerais de Transporte Aéreo”.

Tais mudanças têm como objetivo possibilitar a ampliação da oferta de serviços por empresas aéreas conforme o perfil e a demanda de seus passageiros, com maior concorrência, qualidade e redução do preço de passagens aéreas. As novas regras estão previstas para entrar em vigor no mês de março de 2017 e serão válidas para passagens compradas a partir da vigência.

Principais alterações:

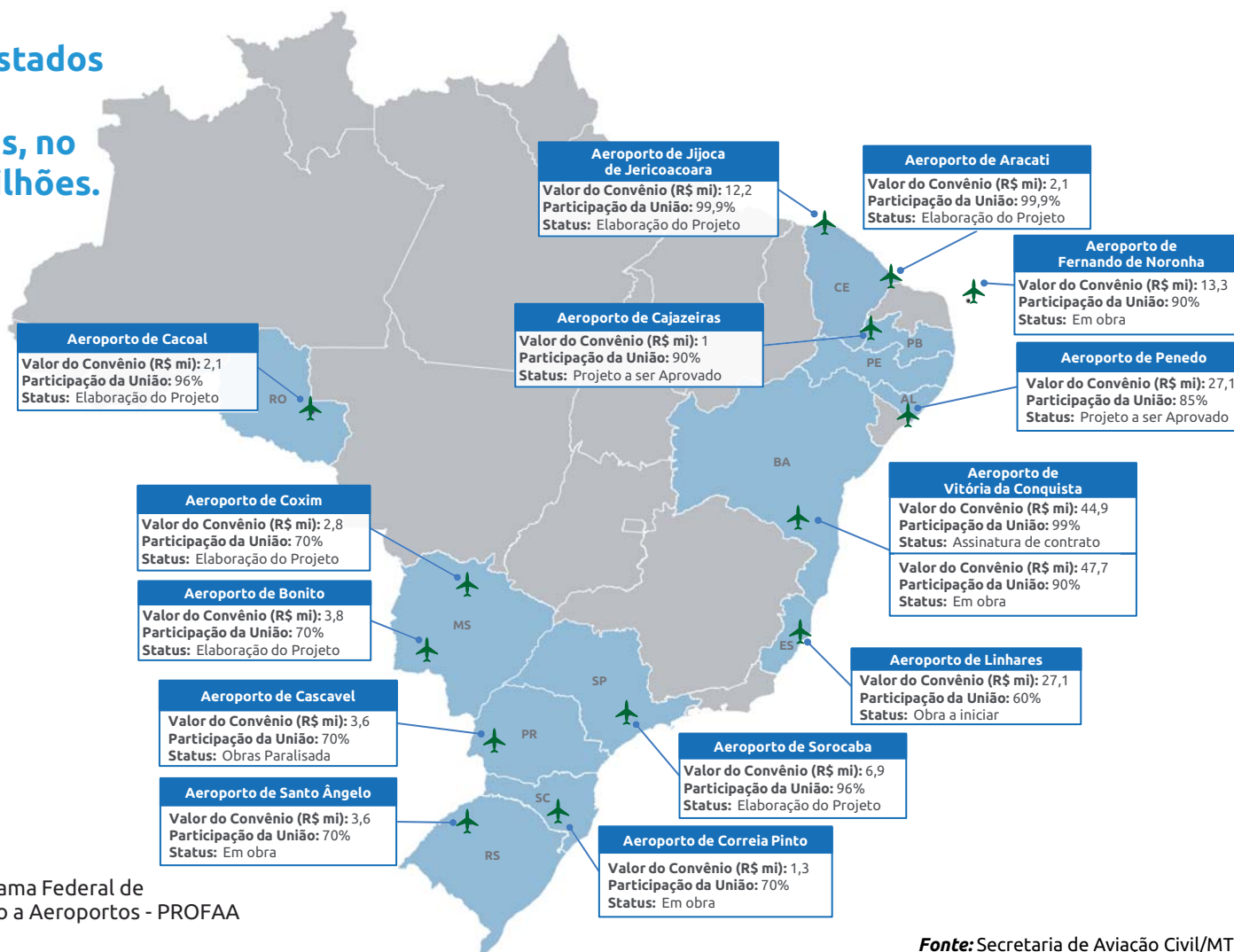
- Transporte de bagagens de mão e despachadas;
- Regras para compra e desistência de passagem;
- Remarcação ou cancelamento de viagens;
- Extravio de bagagens;
- Documentação necessária para embarque;
- Apresentação para despacho de passageiros (check-in); e
- Alteração de dados do passageiro após a compra da passagem.



Fonte: Secretaria de Aviação Civil/MTPA

Aviação Regional

Celebração de 15
Convênios com os Estados
para melhorias nos
aeroportos regionais, no
valor de R\$ 199,5 milhões.





Hidroviás

Principais Resultados

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL



Resultados

Os investimentos neste modo de transporte visam disponibilizar infraestrutura necessária para movimentação de pessoas e bens, aproveitando o potencial hidroviário do país, permitindo a redução de custos logísticos, com sustentabilidade ambiental.

Principais Obras

- **O derrocamento do Pedral do Lourenço** consiste na **remoção de 1,3 milhão de m³ de rochas em trecho de 43 km** da hidrovia do Tocantins, no Estado do Pará. É a maior obra hidroviária no Brasil, com investimentos previstos de **R\$ 560 milhões**. A obra foi contratada por Regime Diferenciado de Contratação Integrada - RDCI e foram iniciados os estudos para elaboração dos projetos, básico e executivo, e os estudos ambientais visando obtenção de licenças.
- **Dragagem de manutenção do Rio Madeira** - os serviços contratados abrangem um trecho de **1.086 km**, de Porto Velho até a sua foz, no Rio Amazonas, com **investimento previsto de R\$ 105 milhões**. Esta é a primeira hidrovia com serviços de “dragagem estruturada”, que prevê a manutenção continuada da navegabilidade por **um período de 5 anos**.

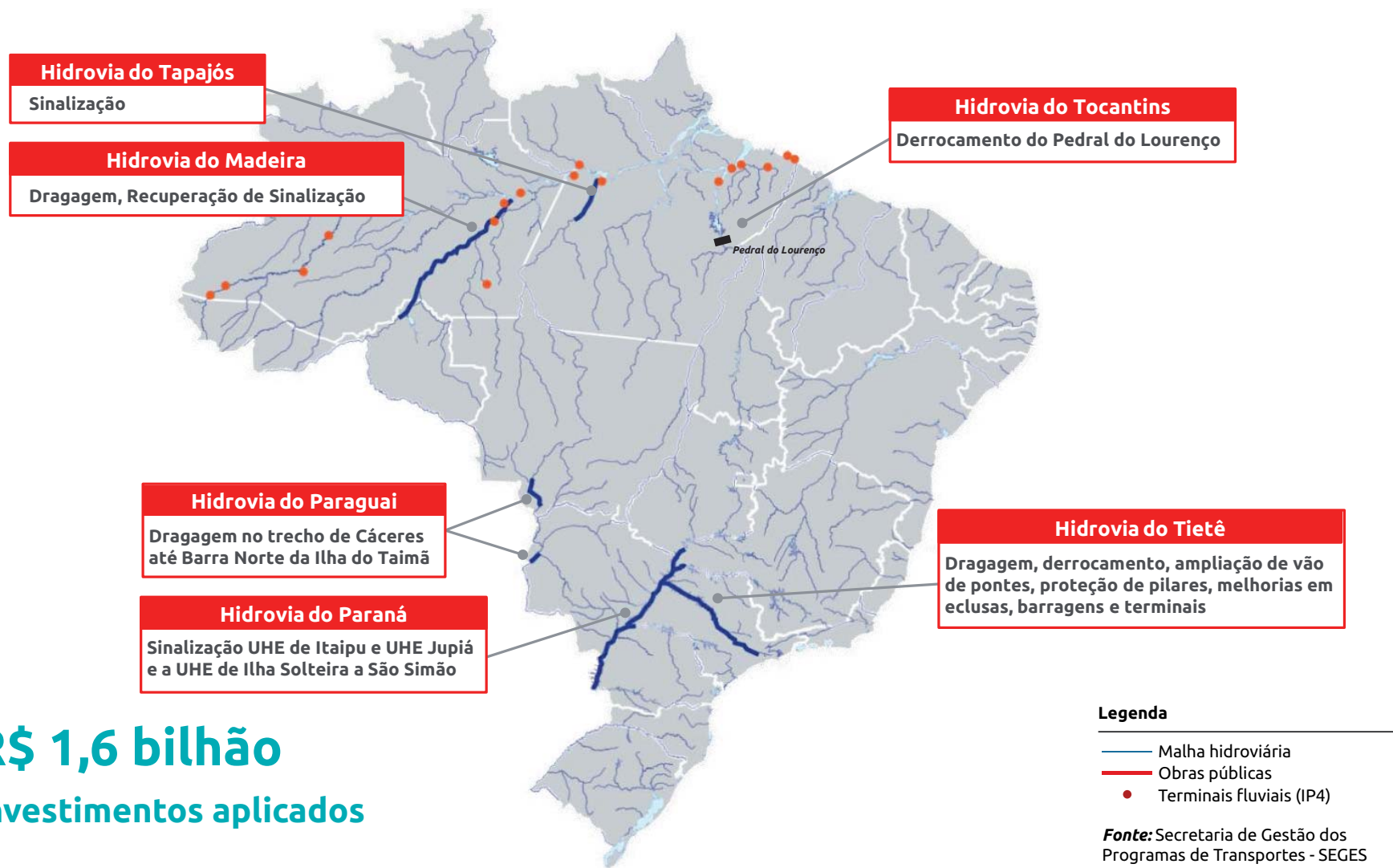


Fonte: Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES

Resultados

- **Hidrovia do Tietê** - Investimento Federal no valor de **R\$ 923 milhões**, em parceria com o Governo de São Paulo, para as obras de dragagem, derrocamento, ampliação de vão de pontes, proteção de pilares, melhorias em eclusas, barragens e terminais. Destacam-se a recente conclusão da obra de ampliação do vão da ponte ferroviária Ayrosa Galvão, cujo investimento foi de **R\$ 63,2 milhões**, a continuidade das obras do atracadouro de espera da eclusa de Bariri e a licitação do derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava, à jusante da eclusa.
- **Hidrovias do Paraná e do Paraguai** - Investimento de **R\$ 21,4 milhões**. Na hidrovia do Paraguai, foram **dragados 314 mil m³** no tramo norte, compreendendo o trecho entre Cáceres e Barra Norte da Ilha do Taimã. Na hidrovia do Paraná, foi realizada a manutenção da **sinalização** dos trechos entre a UHE de Itaipu e a UHE de Jupiá e a UHE de Ilha Solteira e São Simão, num **total de 959 km**.

Obras Públicas



R\$ 1,6 bilhão
Investimentos aplicados

Construção de Terminais Fluviais

Construção de Terminais Fluviais (Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4)

Na Região Norte, muitas localidades têm no modo hidroviário o único acesso a serviços essenciais. Diante disso é necessário e de **grande impacto socioeconômico a implantação de instalações portuárias adequadas, proporcionando a movimentação de pessoas e suas mercadorias** com dignidade e maior segurança, eficiência e conforto.

Estão em construção 13 novas IP4 e há outras 4 em obras complementares.

Amazonas: Em construção **4 IP4** nos municípios de Itacoatiara, Apuí, Borba, Autazes e as obras complementares de Carauari, Guajará, Ipixuna e Itamarati. **Investimento: R\$ 95 milhões.**

Pará: Em construção **9 IP4** nos municípios de São Miguel do Guamá, Augusto Correa, Juruti, Abaetetuba, Oriximiná, Viseu, Belém, Cametá e Santarém, e foi realizado o anteprojeto dos IP4 de Tucuruí, Altamira, Conceição do Araguaia e Óbidos. **Investimento: R\$ 93,82 milhões.**



Fonte: Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES



Portos

Principais Resultados

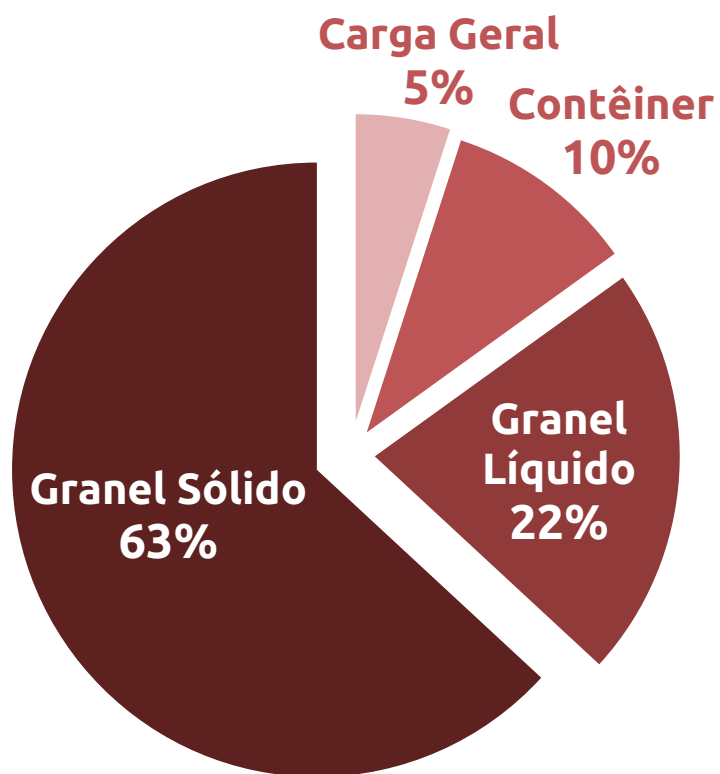
MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL



Resultados

Movimentação Portuária

998 Milhões *ton* ↓ 1,02%



Transporte Via Longo Curso

742 milhões *ton* ↓ 1,66%

Transporte Via Cabotagem

149 milhões *ton* ↓ 0,18%

Transporte Via Navegação Interior

28 milhões *ton* ↓ 0,68%

Transporte Contêineres

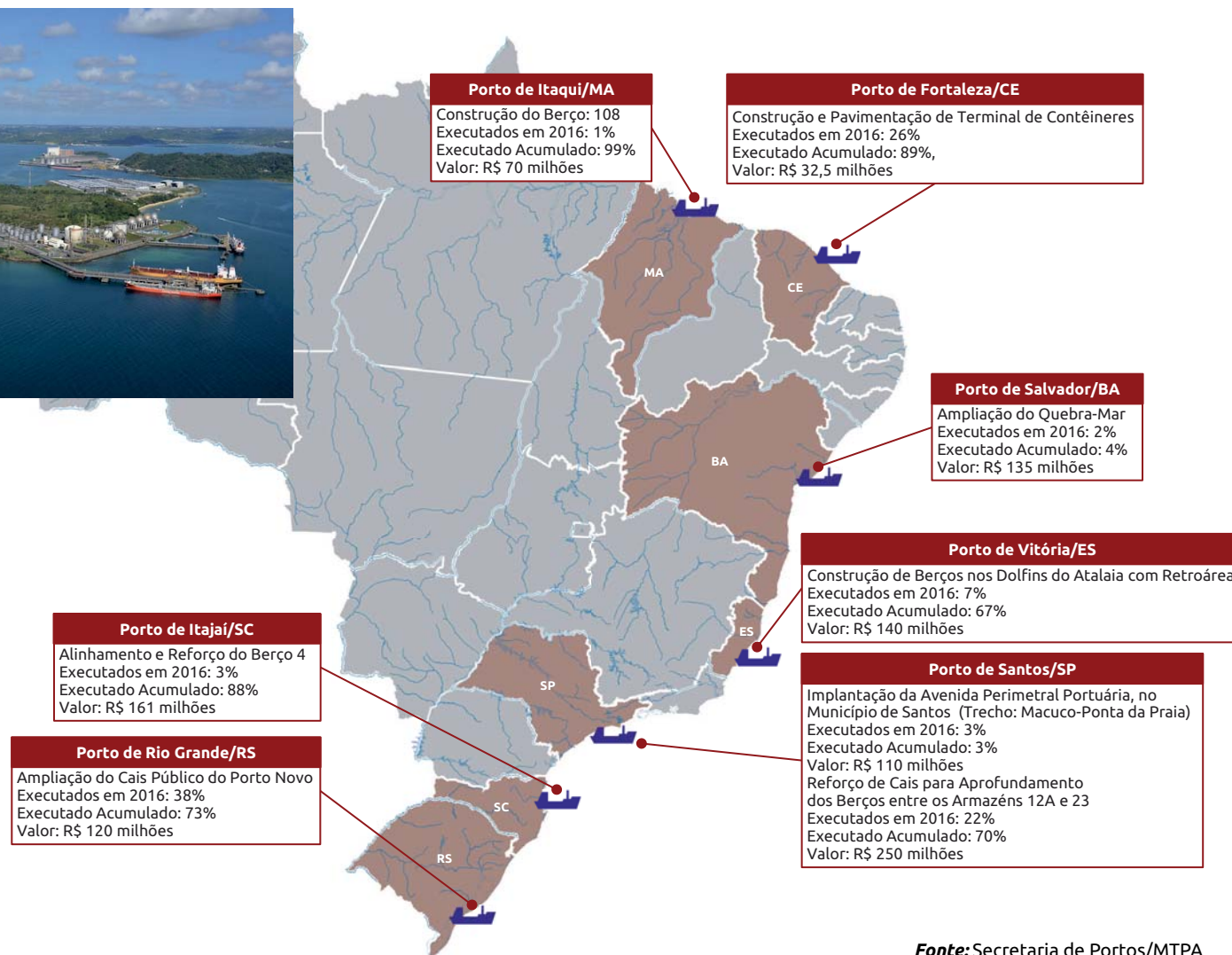
8,8 milhões TEU's ↓ 4,36%

Fonte: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

Investimentos Públicos - Obras de Infraestrutura



R\$ 1 bilhão
Contratados



Fonte: Secretaria de Portos/MTPA

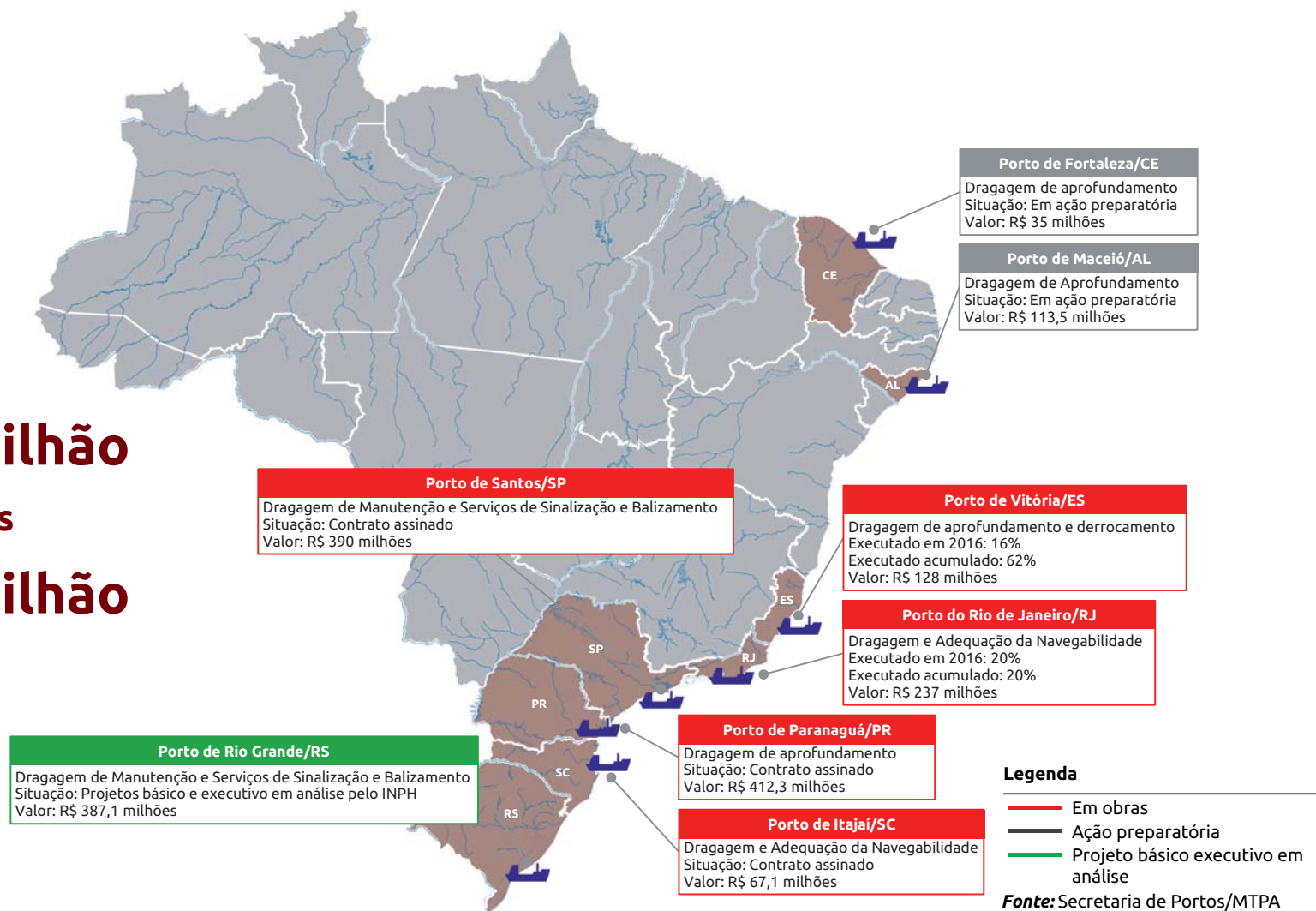
Investimentos Públicos - Obras de Dragagem

R\$ 1,2 bilhão

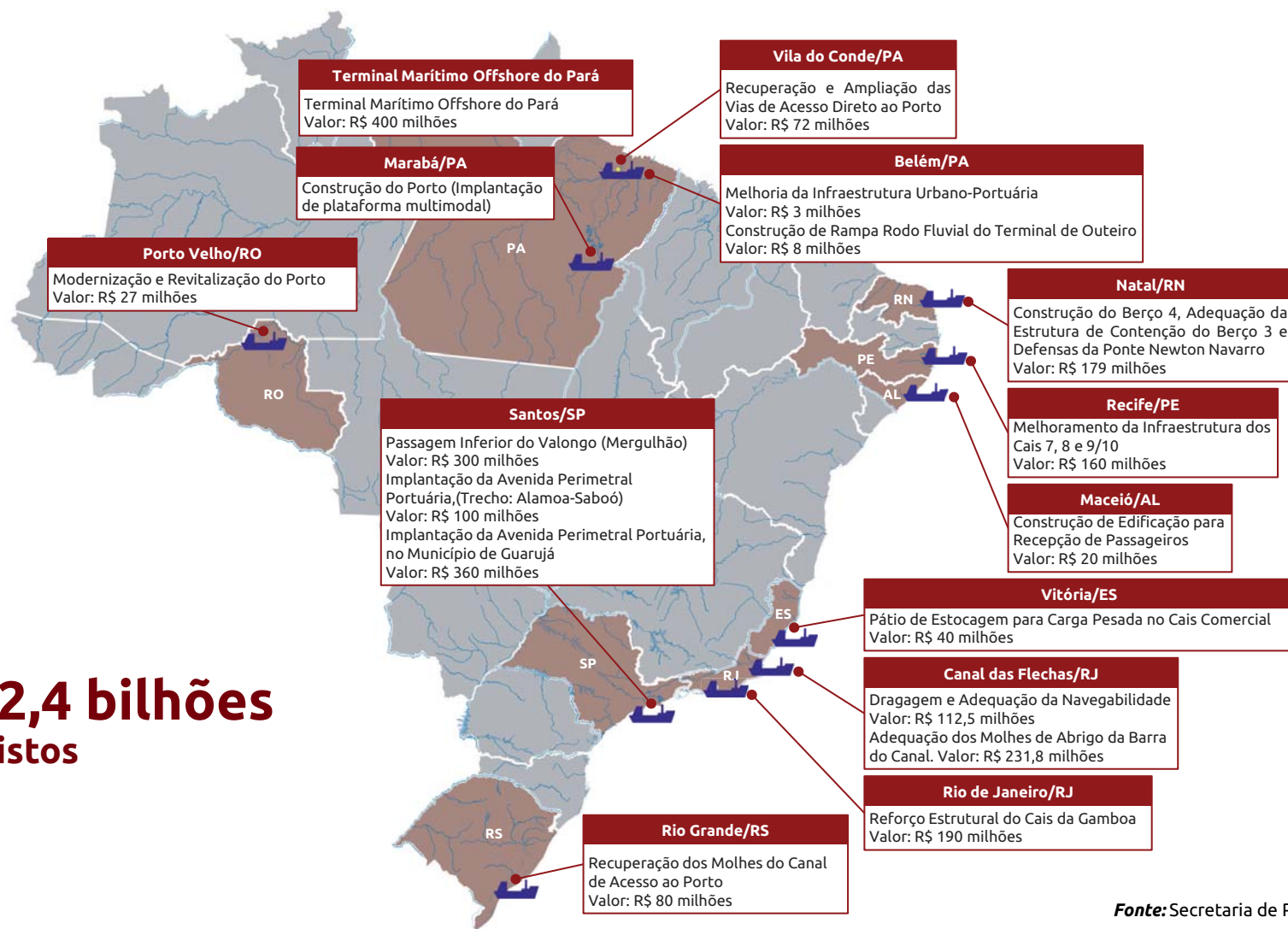
Contratados

R\$ 0,6 bilhão

Previstos



Investimentos Públicos - Projetos

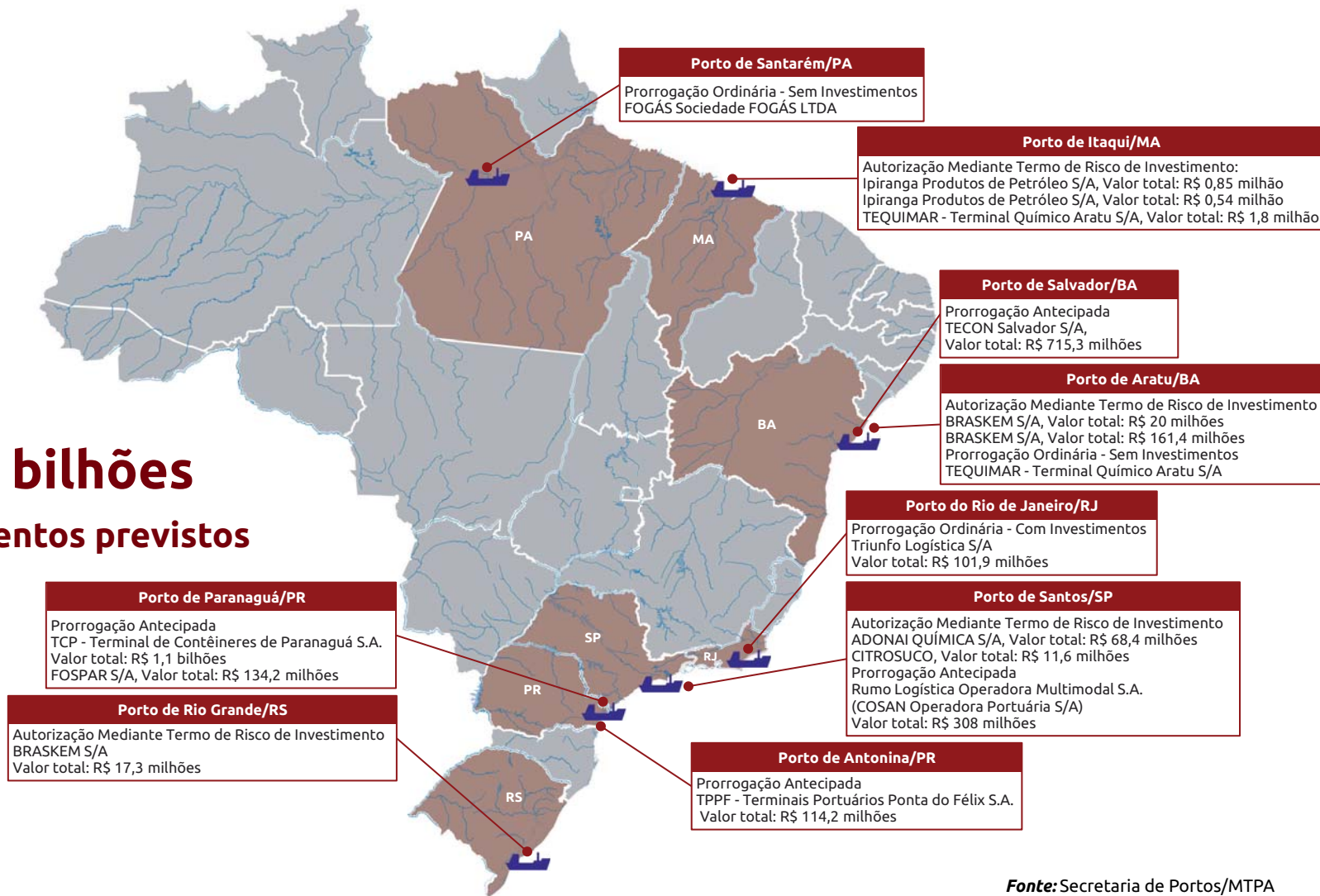


R\$ 2,4 bilhões
Previstos

Fonte: Secretaria de Portos/MTPA

Outorgas Contratos de Arrendamentos - 2016

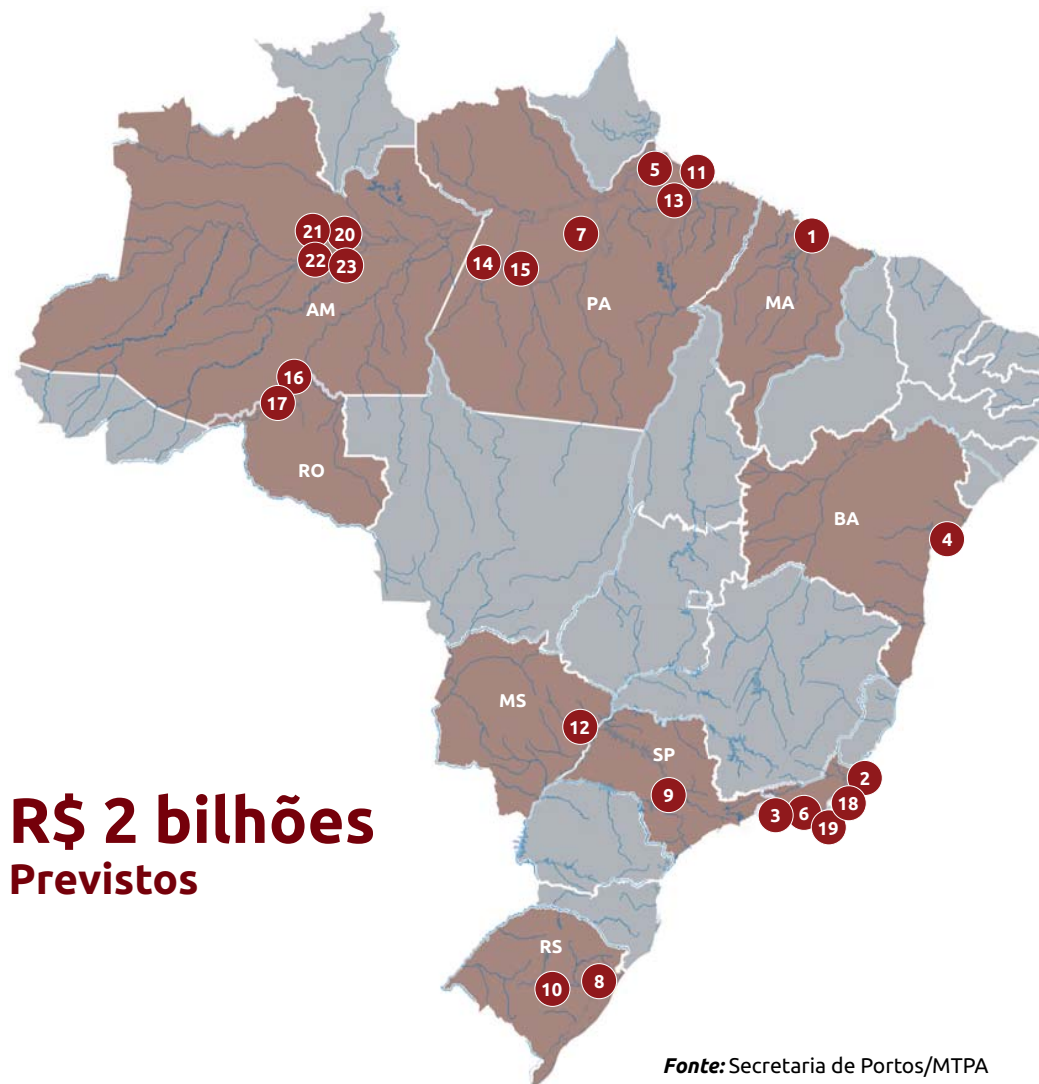
R\$ 2,8 bilhões
Investimentos previstos



Investimentos em Outorgas - Instalações Privadas Autorizadas

Terminal de uso privativo autorizados em 2016

Nº	Município	Empresa	Valor (mi R\$)	Incremento de Capacidade (mil t/ano)
1	São Luís/MA	WPR São Luis Gestão de Portos Terminais LTDA	780,3	4.000
2	São João da Barra/RJ	Brasil Port Logística Offshore e Estaleiro Naval LTDA	610,1	852
3	Itaguaí/RJ	Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP	13,1	15
4	Salvador/BA	Terminal Portuário Cotegipe	225	1500
5	Ananindeua/PA	Companhia Brasileira de Asfalto da Amazônia	0,7	50
6	Rio de Janeiro/RJ	Ilha Terminal Dist. De Prod. Deriv. De Pet.(Exxonmobil)	61,5	600
7	Vitória do Xingu/PA	Base Belo Monte DORINALDO M. DA SILVA	4,4	210
8	Canoas/RS	Nidera Sementes LTDA	69,7	850
9	Conchas/SP	Companhia Nacional de Armazéns Gerais Alfandegados - CNAGA	8,5	72
10	Charqueadas/RS	Metasa Óleo e Gás LTDA	0,7	6
11	Belém/PA	Norte LOG LTDA	1,5	40
12	Três Lagoas/MS	ELDORADO CELULOSE E PAPEL S/A - TUP Porto Eldorado	30	1750
13	Barcarena/PA	Hidrovias do Brasil S/A	100	850
14	Itaituba/PA	ITAIPA S/A - Itaituba	3,7	745
15	Itaituba/PA	Hidrovias do Brasil S/A	10,4	850
16	Porto Velho/RO	PDV Combustíveis e Lubrificantes LTDA	9,5	-
17	Porto Velho/RO	Ipiranga Produtos de Petróleo S/A	28,5	298
18	Niterói/RJ	Empresa Brasileira de Reparos Navais S.A. - RENAVAL	1,2	60
19	Niterói/RJ	Terminal para Apoio Offshore - CLARIANT S/A	23	271
20	Manaus/AM	J.A. Leite Navegação LTDA	0,5	118
21	Manaus/AM	Itacoatiara Calcários LTDA	2,5	2.340 TEU's/ano
22	Manaus/AM	Chibatão Navegação e Comércio LTDA	15,4	1236
23	Manaus/AM	Ibepar Participações LTDA	3	72



Projetos de Inteligência Logística Portuária

Porto Sem Papel

Em 2016, foi concluída a integração do Sistema Porto Sem Papel com o Sistema Mercante da Receita Federal. Essa inovação permitiu racionalizar para o usuário a prestação de informações importações e exportações pela via marítima. Antes, as informações referentes a cargas transportadas precisavam ser inseridas em ambos os sistemas.

Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações

Na primeira fase de implantação do sistema estão contemplados 6 portos: Rio de Janeiro (RJ), Itaguaí (RJ), Santos (SP), Salvador e Aratu (BA) e Vitória (ES). Investimento de R\$162,3 milhões, desses R\$17,2 milhões em 2016 e concluídos os estudos de implantação para outros 10 portos: Rio Grande/RS, São Francisco do Sul, Itajaí e Imbituba/SC, Fortaleza/CE, Itaqui/MA, Suape/PE, Belém e Vila do Conde/PA e Manaus/AM.

Cadeia Logística Portuária Inteligente

A efetiva implantação do projeto foi iniciada em dezembro de 2016, com a operação obrigatória do PORTOLOG nos terminais de graneis do Porto de Santos, que recebe mais de 50% da safra agrícola a ser exportada, principalmente produtos do complexo soja e milho. Paralelamente, no porto de Vitória, a implantação de novas portarias automatizadas está em andamento. Ao todo o projeto será implantado em 12 portos brasileiros.

Áreas de Apoio Logístico Portuário - AALPs

Concluídos os estudos para implantação de AALPs em 16 portos públicos brasileiros, que apontaram a viabilidade de implantação dessas áreas com recursos do setor privado. Nesse sentido, já foram publicados os Regamentos de Credenciamento de AALPs dos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória. Em Santos já existem 5 áreas credenciadas em operação. No caso do Porto de Vitória, mais de 15 interessados protocolaram disponibilização de áreas para esse fim, sendo que duas já foram credenciadas e as demais, que não foram selecionadas nesse primeiro momento, poderão realizar adequações para obtenção de autorização.

Fonte: Secretaria de Portos/MTPA

Poligonais

As poligonais portuárias são áreas definidas dos portos organizados que compreendem as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e acesso ao porto.

As poligonais estão sendo revistas e atualizadas, tornando claros os limites de competência do porto e a interface entre investimento público e privado.

Em 2016, foram revisadas as poligonais dos portos de Antonina e Paranaguá/PR, Santana/AP, Porto Velho/RO e Vitória/ES.

Foram, ainda, realizadas ou iniciadas as consultas publicas para revisão das poligonais dos portos de São Francisco do Sul/SC, Belém e Santarém/PA, Manaus/AM, Maceió/AL e Fortaleza/CE.



Poligonal do porto de São Francisco do Sul

Legenda

- Poligonal proposta
- Poligonal atual

Fonte: Secretaria de Portos/MTPA



Marinha Mercante

Principais Resultados

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL



Resultados

Fomento à Indústria Naval

Em 2016, a carteira de projetos do Fundo da Marinha Mercante - FMM somava **357 empreendimentos** com financiamento contratado perante os agentes financeiros para construção de embarcações em estaleiros de norte a sul do país.

Foram concluídas as obras de **119 embarcações** com apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante. Dentre estas, destaca-se a conclusão de **76 barcaças e 5 empurradores** que aumentaram a frota nacional de navegação interior e **5 navios** destinados à cabotagem.

As barcaças e empurradores destinam-se, em sua maioria, ao escoamento da produção de grãos pelo arco norte, proporcionando redução dos custos de transporte dos produtores, do fluxo de caminhões, do número de acidentes e dos custos de manutenção nas rodovias.

Em relação à cabotagem, a frota mercante brasileira foi incrementada pela conclusão da construção de **3 gaseiros e 1 petroleiro SUEZMAX**, integrantes do Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef), além de **1 navio graneleiro**.

O apoio financeiro do FMM impulsionou investimentos na construção naval para o transporte aquaviário, alternativa de menor custo e impacto ambiental, quando comparada ao transporte rodoviário e ferroviário.

R\$ 3,5 bilhões

foram desembolsados pelo FMM, para financiamento à Marinha Mercante e à Indústria Naval.

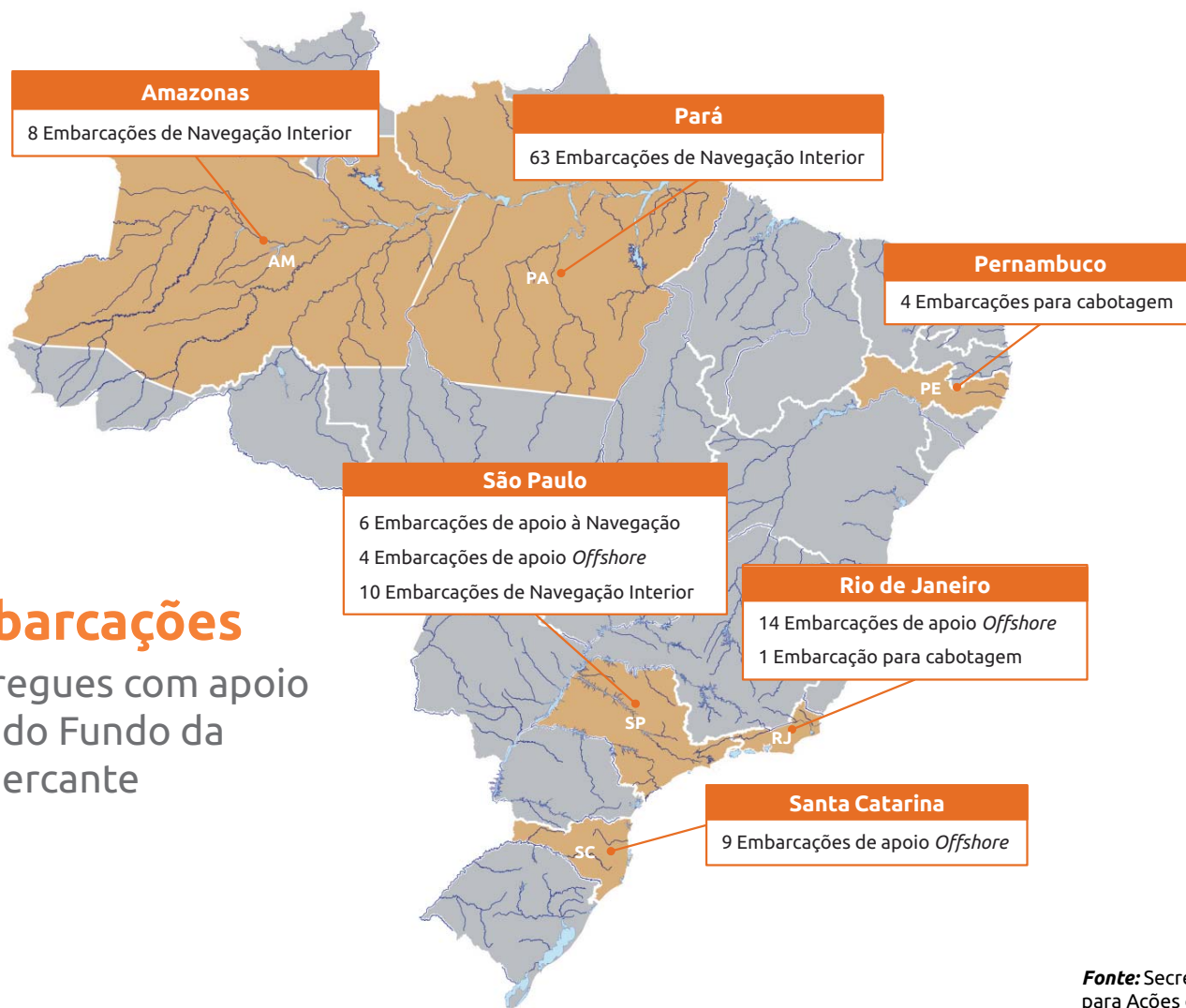
R\$ 405 milhões

de incentivos para empresas brasileiras de navegação.



Fonte: Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT

Entregas em 2016



119 embarcações

foram entregues com apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante



Incentivos ao Investimento

Principais Resultados

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL



Debêntures de Infraestrutura Incentivadas

A Lei nº 12.431/2011 criou incentivo fiscal para o financiamento de investimentos privados de infraestrutura em áreas prioritárias, inclusive transportes e logística. Em 13/10/2016, foi publicado o Decreto nº 8.874, de 11/10/2016, que revogou o Decreto nº 7.603/2011, regulamentando a citada lei.

O incentivo consiste na isenção ou redução do Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos na aquisição de debêntures emitidas para financiar investimentos de infraestrutura.

	Rodovias R\$ bilhões	Ferrovias R\$ bilhões	Portos R\$ bilhões	Aeroportos R\$ bilhões	Total R\$ bilhões
Investimentos Relativos aos Projetos Autorizados em 2016	17,57	7,7	1,37	0,55	27,21
Debêntures Emitidas no ano de 2016	0,37	-	-	-	0,37

Incentivo Fiscal aos Investimentos da Infraestrutura - REIDI

O Regime Especial de Incentivos Para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, criado pela Lei nº 11.488/2007 desonera investimentos em infraestrutura realizados pelo setor privado.

O incentivo consiste na suspensão da incidência do PIS e COFINS sobre as aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, prestação de serviços e materiais de construção para utilização ou incorporação destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica habilitada.

Em 2016, foram aprovados 5 projetos de REIDI que abrangeram investimentos de R\$ 3,7 bilhões e que resultarão na desoneração estimada de R\$ 110 milhões.

Projetos Aprovados 2016	Valor Total dos Projetos R\$ milhões	Desoneração Projetada R\$ milhões
Rodovias	2.030	90
Portos	200	20
Aeroportos	1.470	0,68
TOTAL	3.700	110,68

Fonte: Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT



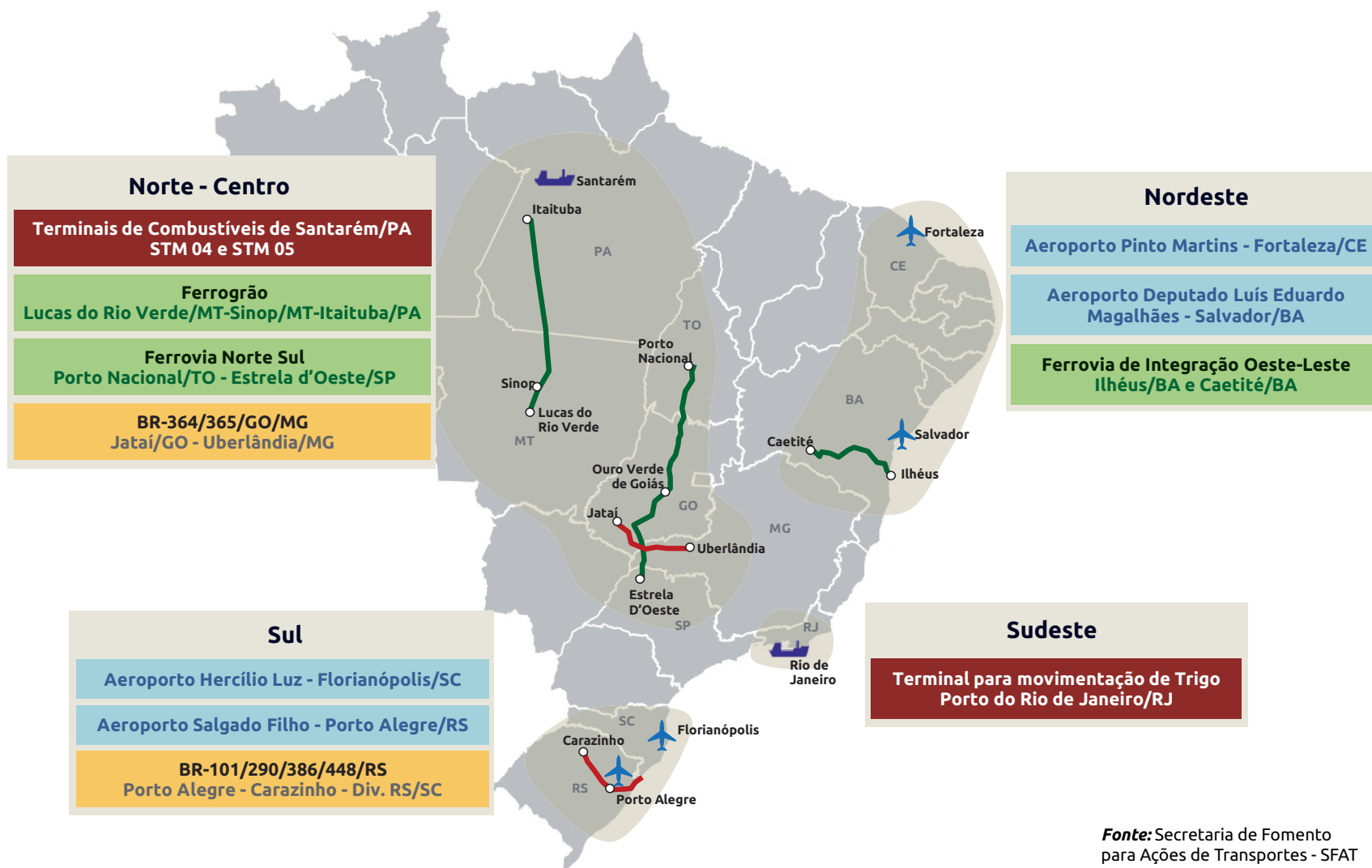
Ações Especiais

Principais Resultados

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL



Programa de Parcerias de Investimentos – PPI



Fonte: Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT

Principais Intervenções

Manutenção, operação melhoramentos e duplicação

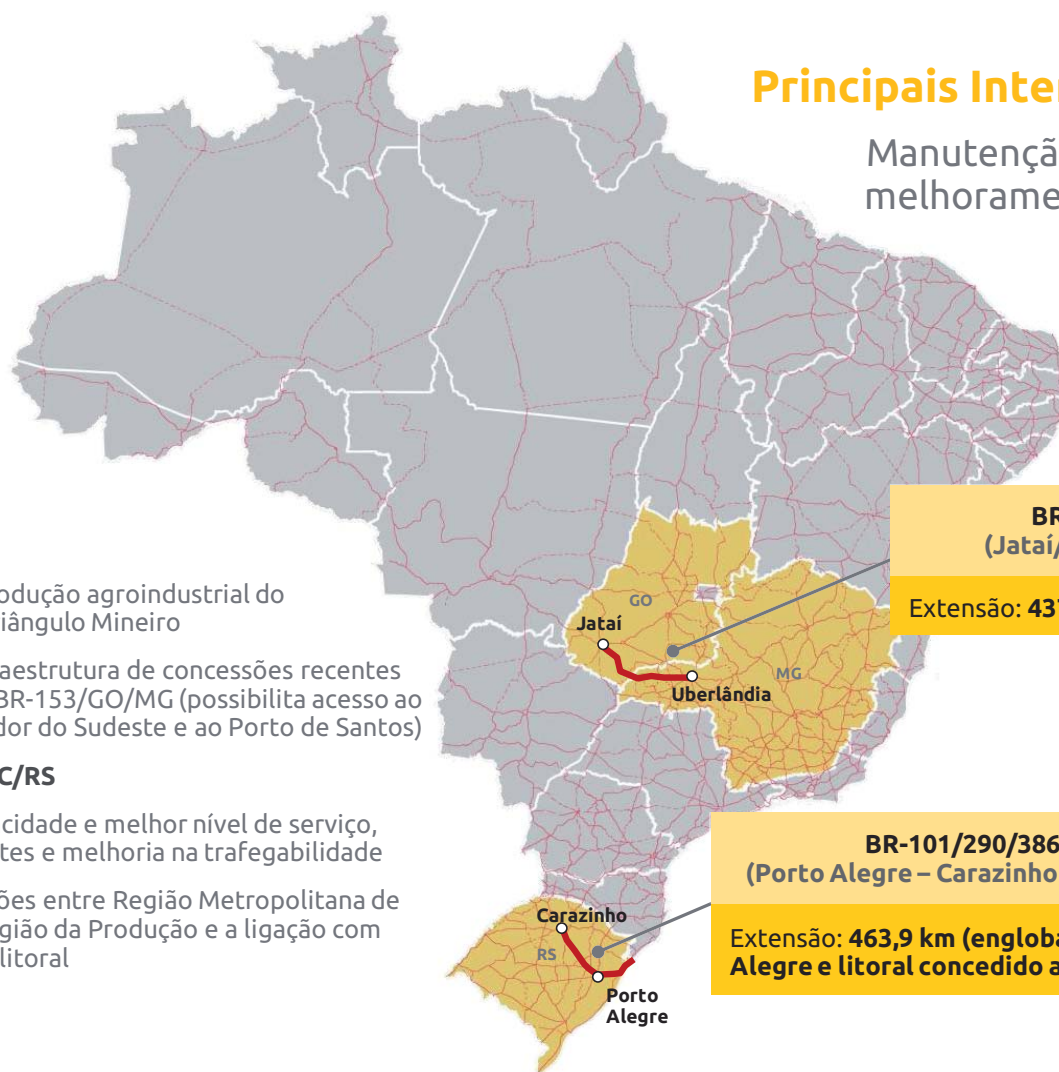
Importância

BR-364/365/GO/MG

- Escoamento da produção agroindustrial do sudeste goiano/Triângulo Mineiro
- Complementa infraestrutura de concessões recentes BR-050/GO/MG e BR-153/GO/MG (possibilita acesso ao mercado consumidor do Sudeste e ao Porto de Santos)

BR-101/290/386/448/SC/RS

- Ampliação da capacidade e melhor nível de serviço, redução de acidentes e melhoria na trafegabilidade
- Qualifica as conexões entre Região Metropolitana de Porto Alegre, a Região da Produção e a ligação com Santa Catarina via litoral



BR-364/365/GO/MG
(Jataí/GO – Uberlândia/MG)

Extensão: **437 km (80 km já duplicados)**

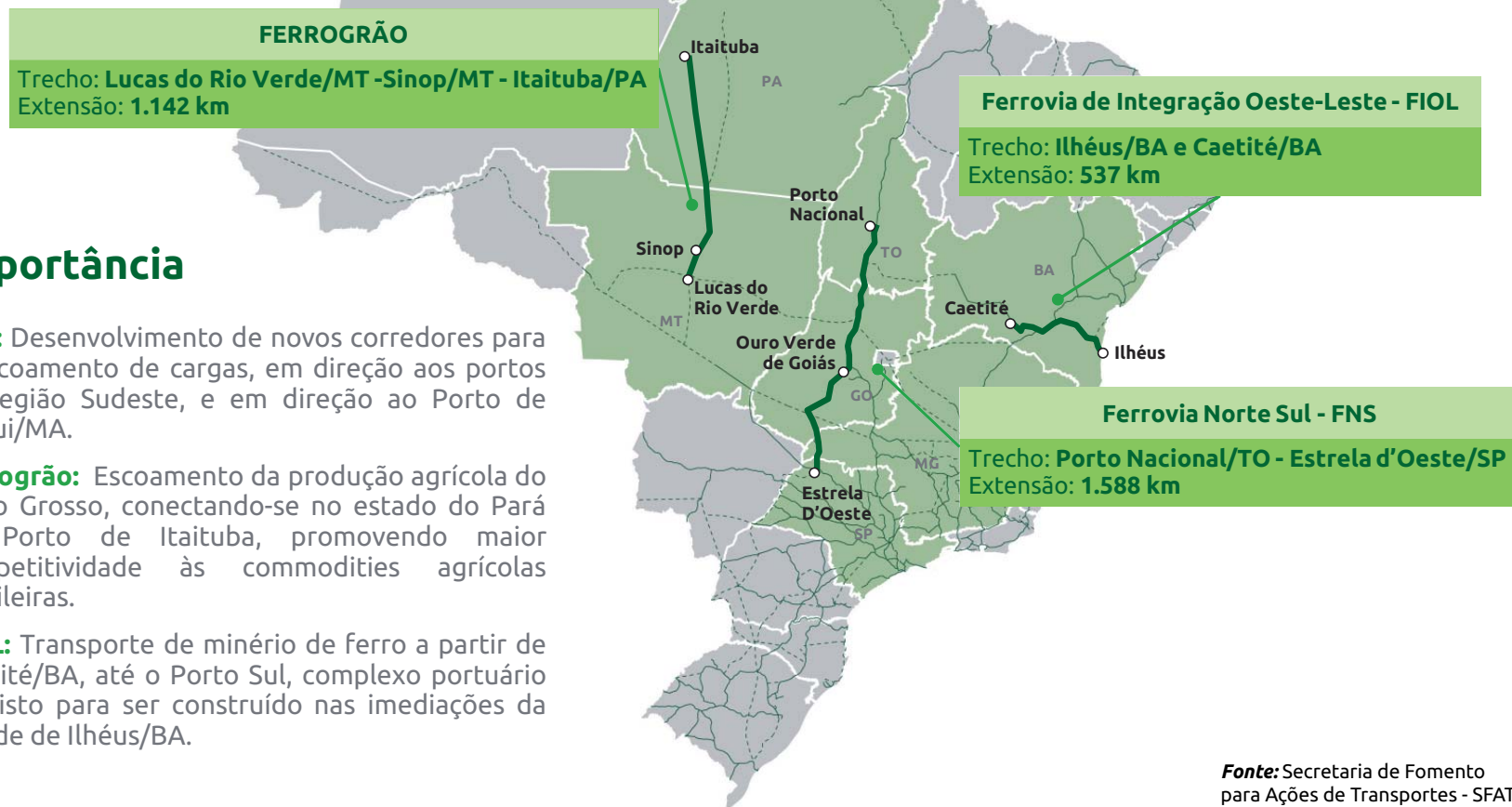
BR-101/290/386/448/SC/RS
(Porto Alegre – Carazinho – Osório - Div. SC/RS)

Extensão: **463,9 km (engloba trecho entre Porto Alegre e litoral concedido até jul/17)**

Fonte: Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT

Principais Intervenções

Construção e operação



Importância

FNS: Desenvolvimento de novos corredores para o escoamento de cargas, em direção aos portos da região Sudeste, e em direção ao Porto de Itaqui/MA.

Ferrogrão: Escoamento da produção agrícola do Mato Grosso, conectando-se no estado do Pará ao Porto de Itaituba, promovendo maior competitividade às commodities agrícolas brasileiras.

FIO: Transporte de minério de ferro a partir de Caetité/BA, até o Porto Sul, complexo portuário previsto para ser construído nas imediações da cidade de Ilhéus/BA.

Fonte: Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT



Importância

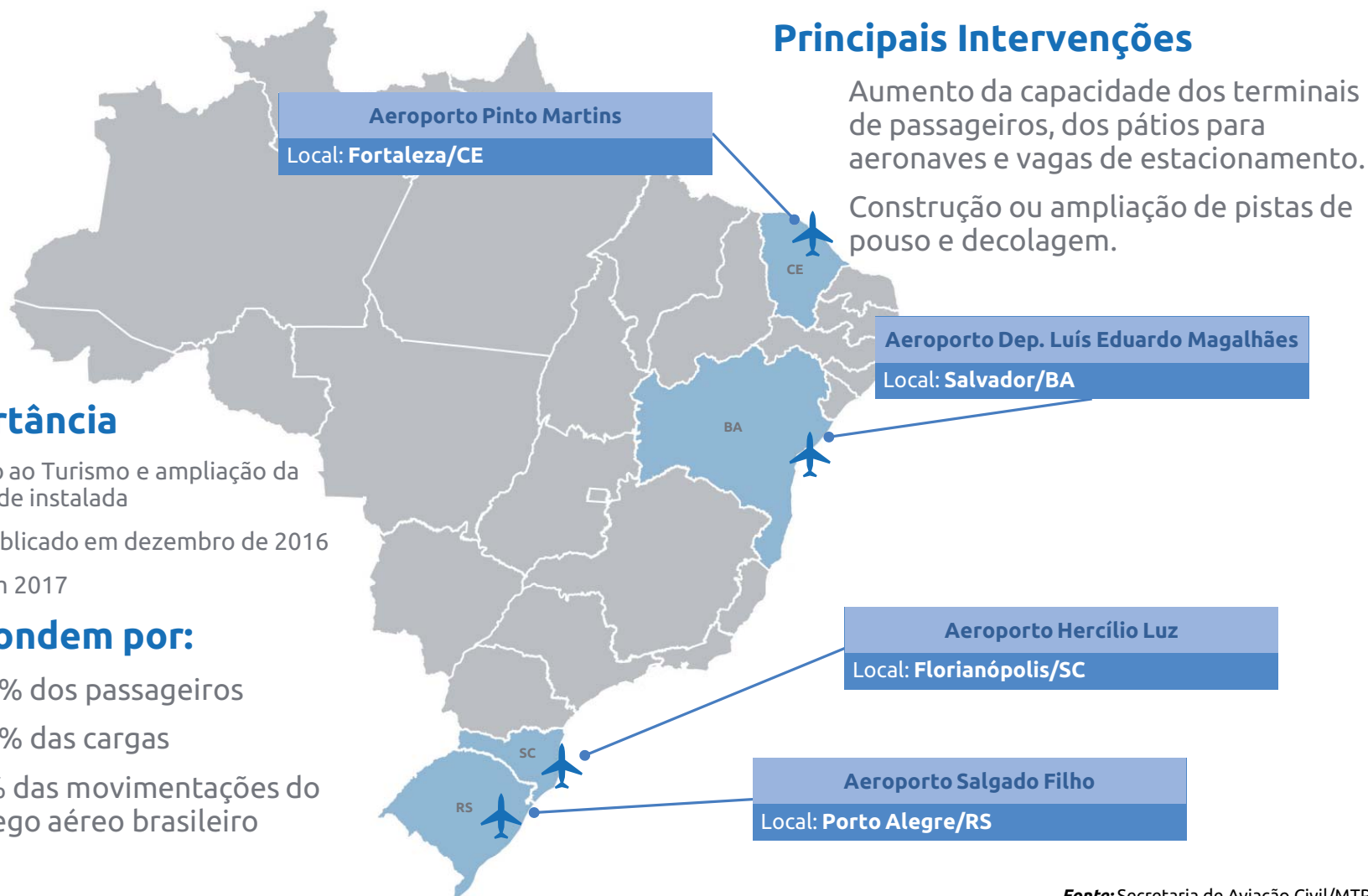
Incentivo ao Turismo e ampliação da capacidade instalada

Editais publicados em dezembro de 2016

Leilão em 2017

Respondem por:

- 11,6% dos passageiros
- 12,6% das cargas
- 8,6% das movimentações do tráfego aéreo brasileiro

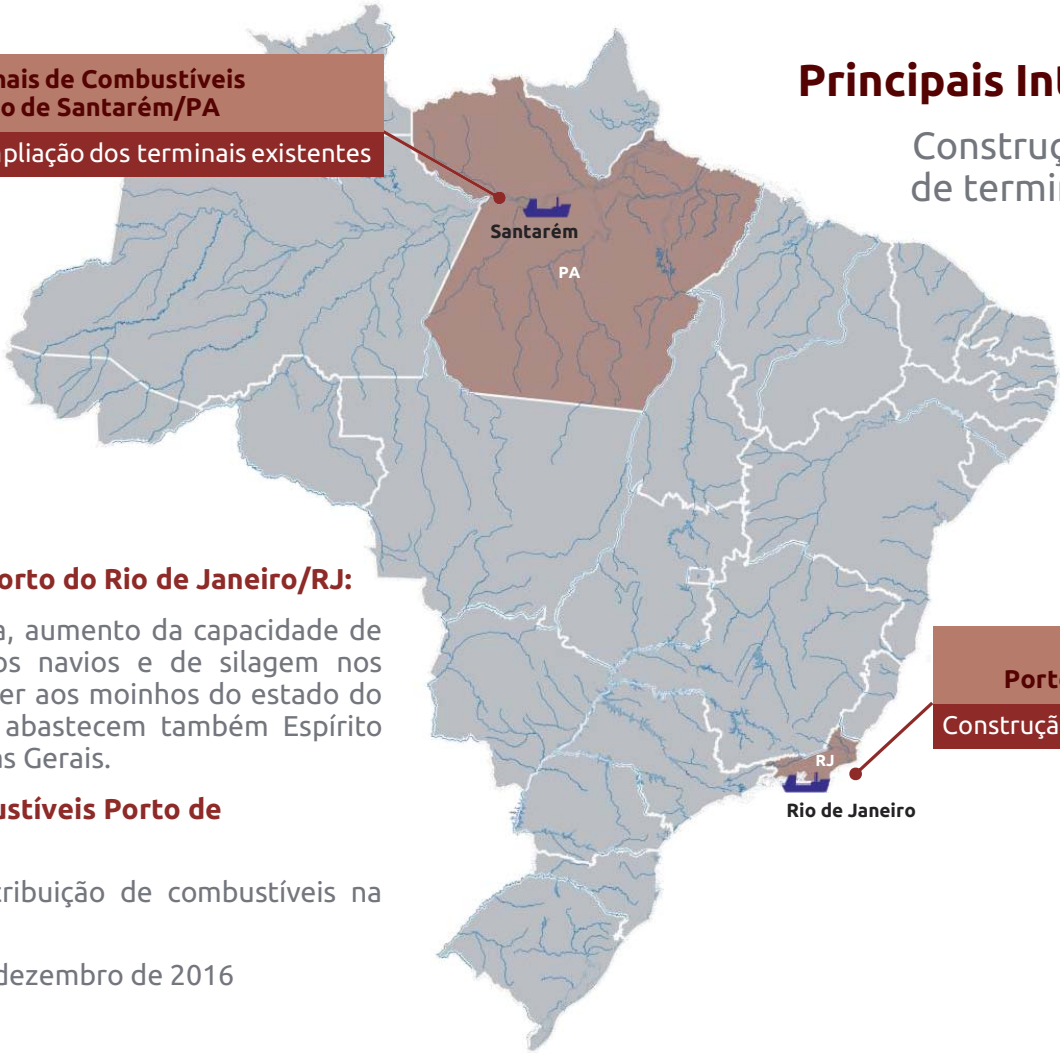


Fonte: Secretaria de Aviação Civil/MTPA

**Terminais de Combustíveis
Porto de Santarém/PA**
Recuperação e ampliação dos terminais existentes

Principais Intervenções

Construção e Ampliação
de terminais



Importância

Terminal de Trigo Porto do Rio de Janeiro/RJ:

Melhoria na logística, aumento da capacidade de descarregamento dos navios e de silagem nos moinhos, para atender aos moinhos do estado do Rio de Janeiro que abastecem também Espírito Santo e o sul de Minas Gerais.

Terminais de Combustíveis Porto de Santarém/PA:

Manutenção da distribuição de combustíveis na região Norte.

Edital publicado em dezembro de 2016

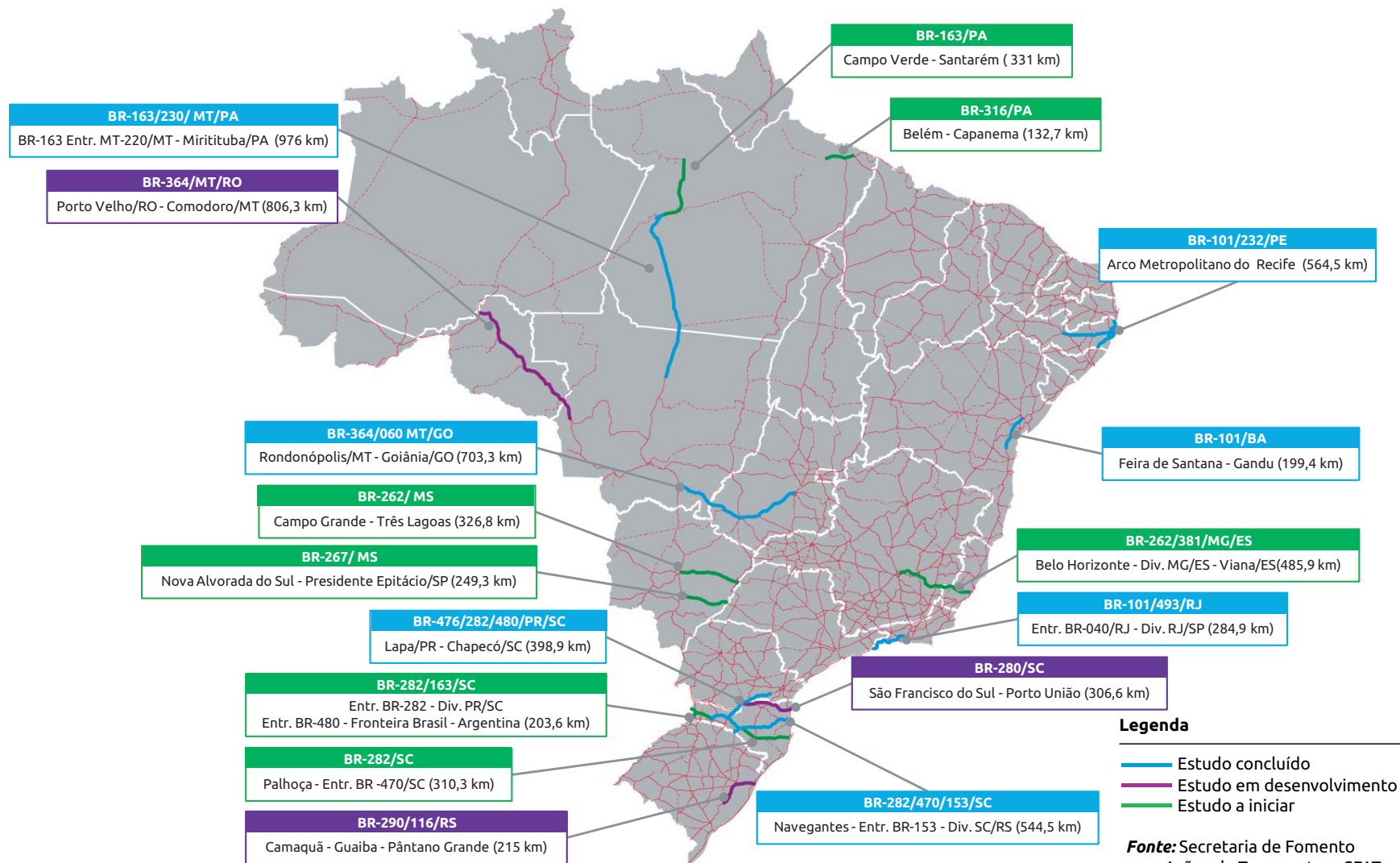
Leilão em 2017

**Terminal de Trigo
Porto do Rio de Janeiro/RJ**
Construção de novo terminal de trigo

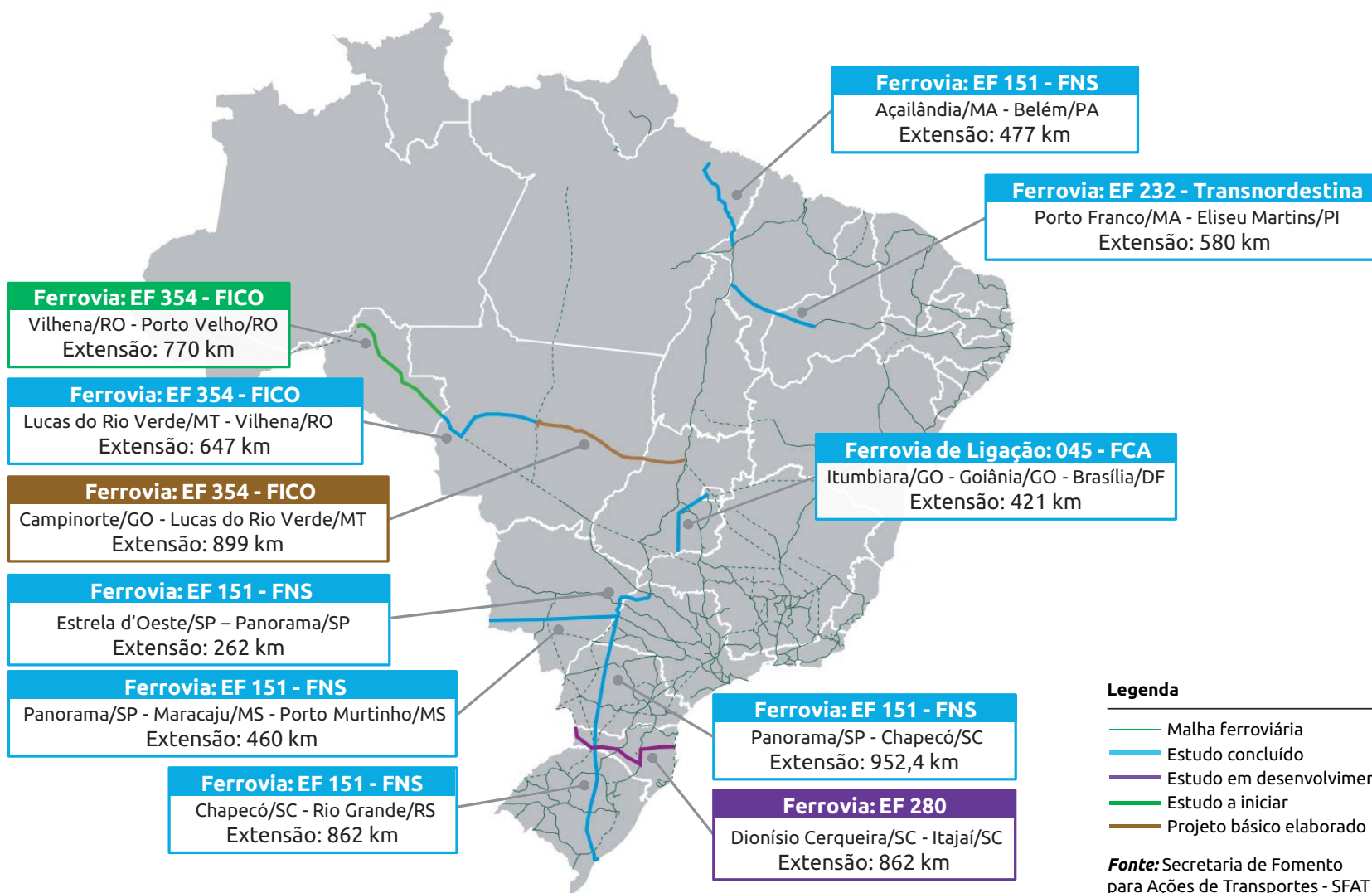


Fonte: Secretaria de Portos/MTPA

Estudos - Rodovias



Estudos - Ferrovias



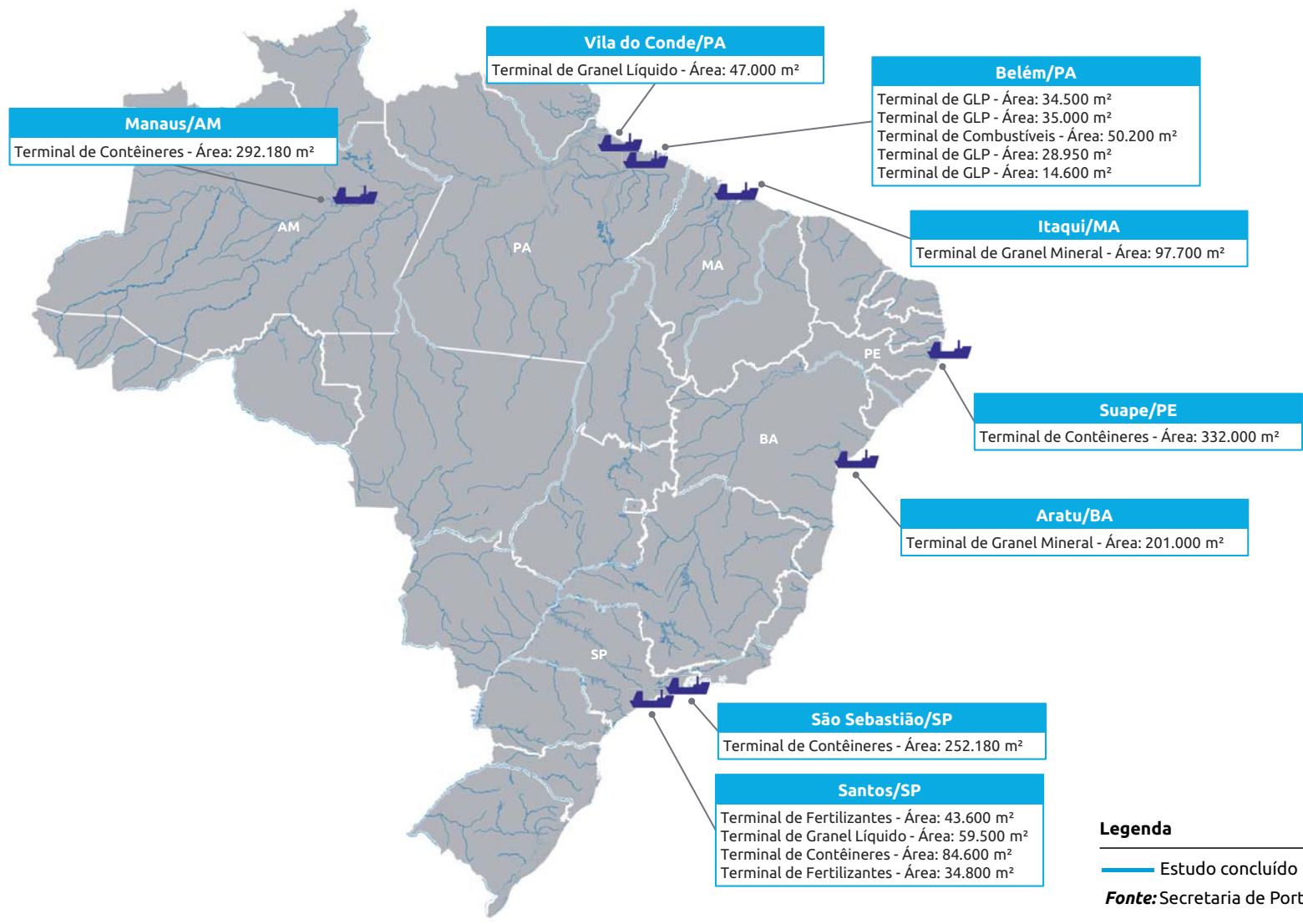
Legenda

- Malha ferroviária
- Estudo concluído
- Estudo em desenvolvimento
- Estudo a iniciar
- Projeto básico elaborado

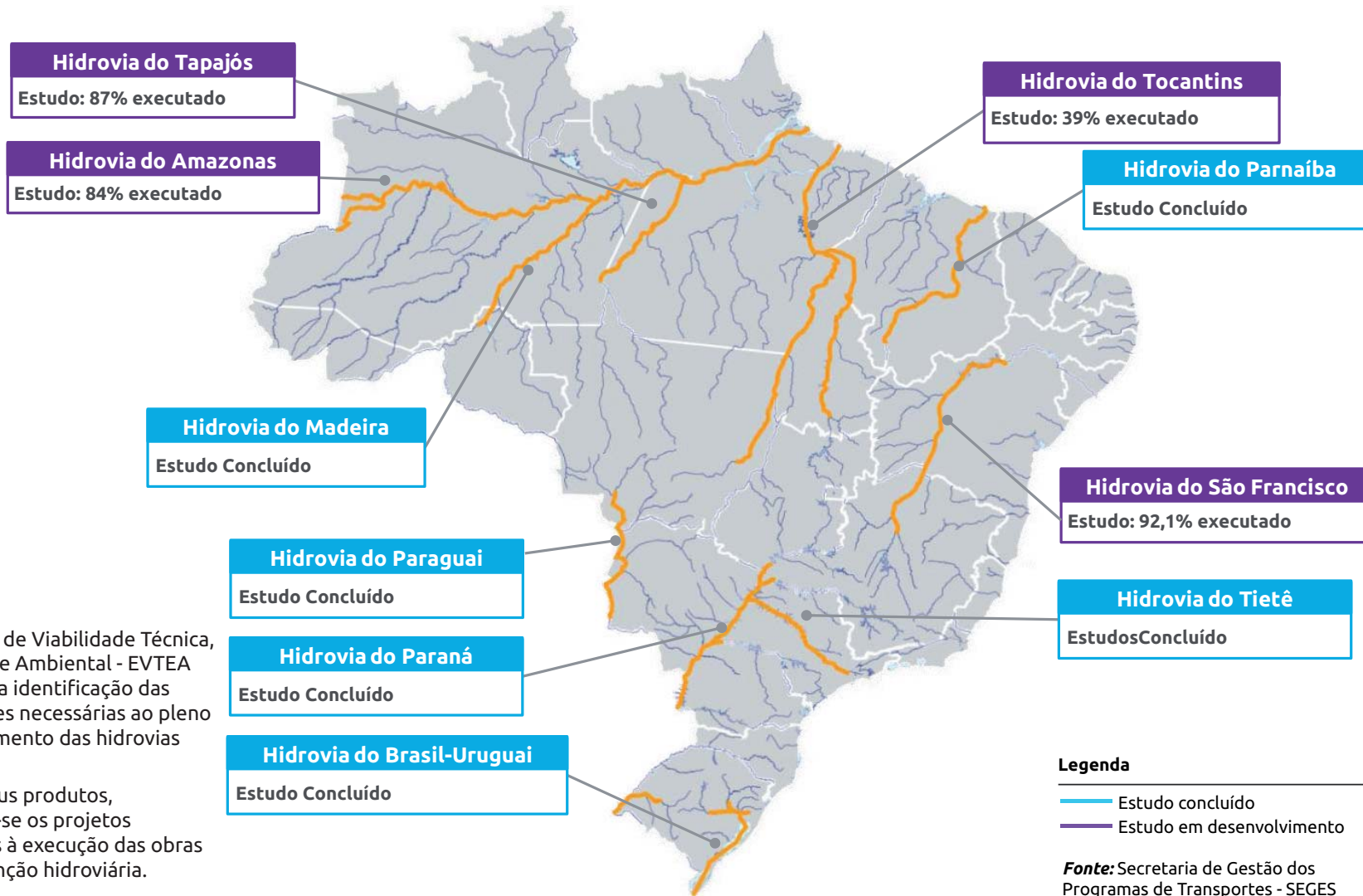
Fonte: Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT



Estudos - Portos



Estudos - Hidrovias



Os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA permitirão a identificação das intervenções necessárias ao pleno desenvolvimento das hidrovias brasileiras.

Entre os seus produtos, encontram-se os projetos necessários à execução das obras de manutenção hidroviária.



Política e Integração

Principais Resultados

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL

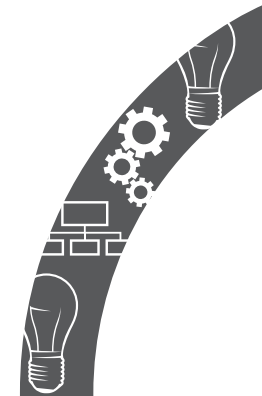


Desburocratização Portuária

Em 2016, decorridos três anos da edição dos normativos do setor portuário, o Governo Federal entendeu necessária a reavaliação dos ritos e procedimentos estabelecidos para o Setor em 2013. Dessa forma, foi criado Grupo de Trabalho pela Portaria GM nº 435/2016, com o objetivo de “propor novos procedimentos ou adequação daqueles atualmente instituídos, que permitam fomentar a exploração das atividades portuárias previstas na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013”.

O GT realizou 30 reuniões técnicas, no prazo de 90 dias, com a contribuição das entidades que representam os principais investidores do Setor, por meio de cinco associações, as quais apresentaram a Proposta de Revisão Infralegal do Setor Portuário.

Houve avanços significativos na direção do objetivo de fomentar a exploração das atividades portuárias pela experiência das entidades oficiais e empresariais do ramo, por meio de diálogos permanentes, que obtiveram, como resultado dos encontros técnicos, a proposta de revisão do Decreto 8.033/2013, cujas alterações certamente trarão novas oportunidades para o aumento da capacidade de movimentação de cargas nas instalações portuárias e novos investimentos nos portos.



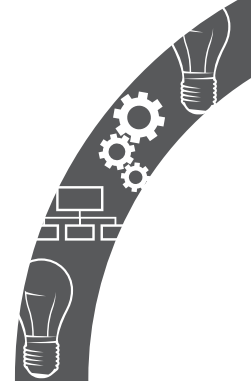
Fórum do Transporte Rodoviário de Carga

Continuidade do Fórum TRC, instituído em 2015, que se justifica pela necessidade de manutenção de canal permanente de discussão e busca de soluções para os problemas do Transporte Rodoviário de Carga, envolvendo as principais entidades representativas dos embarcadores, das empresas transportadoras e dos transportadores autônomos.

Em 2016, foram elaborados e encaminhados 14 Termos de Proposição a outros órgãos, sugerindo alterações em regulamentações e leis de interesse do setor. Foram realizadas reuniões para discutir o novo Marco Regulatório do Transporte Rodoviário de Cargas, resultando no encaminhamento de propostas para o Congresso Nacional.

As discussões do Fórum TRC subsidiaram 2 novas resoluções do CONTRAN:

- **Resolução nº 635/2016:** que altera a Resolução do CONTRAN nº 211/2006 para desvincular a unidade tratora das unidades rebocadas para fins de emissão de autorização especial de trânsito e permite o trânsito diuturno das combinações de veículos de carga em vias de pista dupla, aumentando a eficiência do transporte rodoviário de carga;
- **Resolução nº 627/2016:** que altera a Resolução do CONTRAN nº 341/2010, que disciplina a emissão de autorização específica para veículos utilizados no transporte de carga líquida.



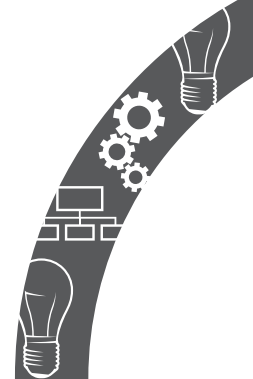
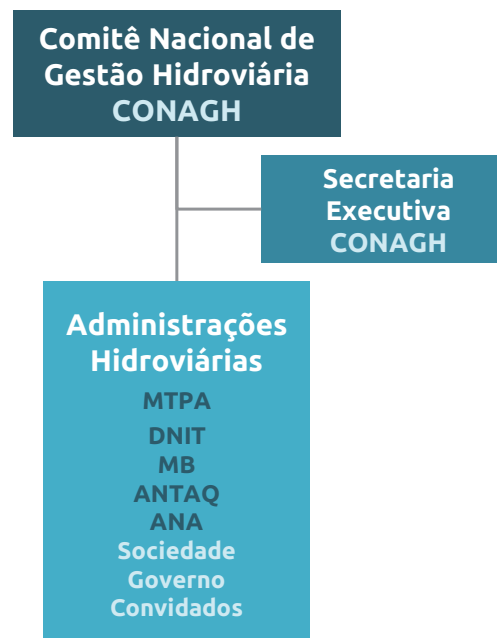
Planos Estratégicos

Plano Hidroviário Estratégico - PHE

Em 2016, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil concluiu o Plano Hidroviário Estratégico - PHE, que contém subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas ao uso do modo hidroviário interior em larga escala.

Foram instituídos dois instrumentos que possibilitam a governança e o desenvolvimento do transporte hidroviário interior:

- O Comitê Nacional de Gestão Hidroviária - CONAGH, com a função de subsidiar o Ministério no desenvolvimento e implementação de ações voltadas ao transporte aquaviário;
- Os Grupos de Desenvolvimento Regional Hidroviário - GDRHs, voltados à discussão, diagnóstico dos entraves e proposição de alternativas de ações regionais para navegação das hidrovias.



Diretrizes Socioambientais do Ministério dos Transportes

Em 2016, foram definidas as 10 Diretrizes Socioambientais do MTPA, por meio do VIA SUSTENTÁVEL, projeto pelo qual foram desenvolvidos os trabalhos.

As Diretrizes Socioambientais têm o objetivo de subsidiar a formulação de políticas públicas do setor, de forma a incorporar continuamente melhores práticas e fortalecer a capacidade de planejamento integrado com melhorias na atuação setorial, alinhada ao compromisso de responsabilidade socioambiental.

Os estudos tomaram por base visitas técnicas, pesquisas e consultas institucionais para o diagnóstico da aplicação da Política Ambiental do Ministério dos Transportes – PAMT/2002, além do levantamento dos aspectos legais cujas análises técnicas de cada segmento, com foco no Setor de Transportes, considerando as particularidades de cada modo, resultaram na seleção das 10 Diretrizes Socioambientais do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.



Políticas Públicas e Planejamento Intersectorial

01



Avaliação Ambiental no Planejamento de Transportes

02



Gestão Socioambiental

03



Mudança do Clima

04



Gestão de Riscos

05



Projetos e Estudos Socioambientais

06



Pesquisa em Tecnologia e Inovação

07



Comunicação Socioambiental

08



Licenciamento Ambiental e Autorizações Específicas

09



Gestão de Desapropriação e Reassentamento

10



Fonte: Secretaria de Política Nacional de Transportes

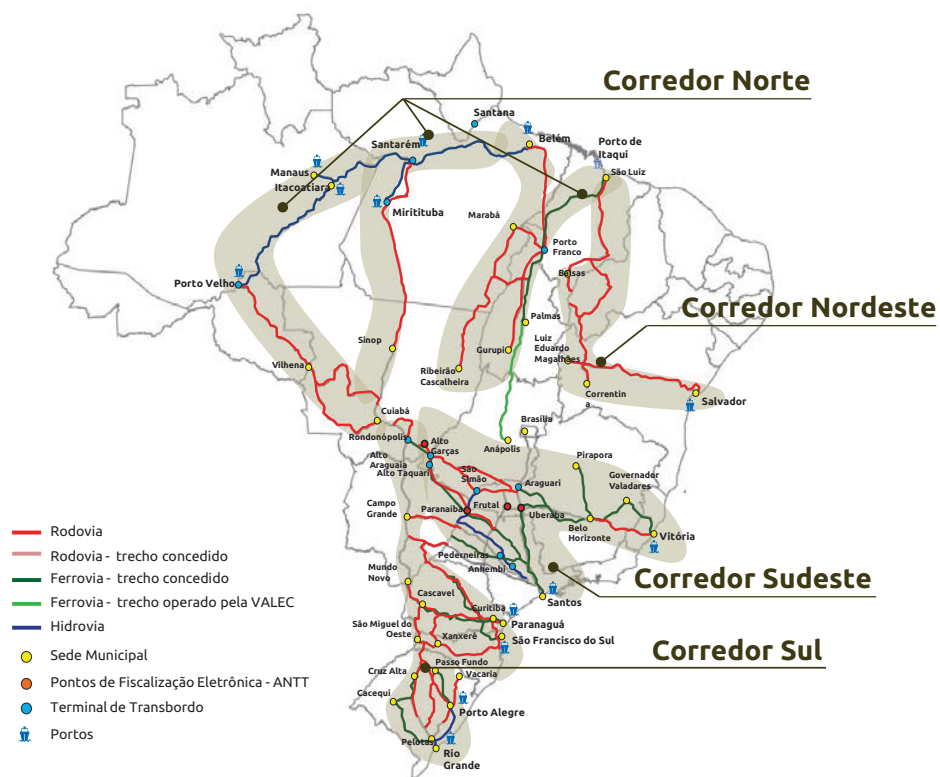
Diagnóstico do Setor

Política Nacional de Transportes - PNT

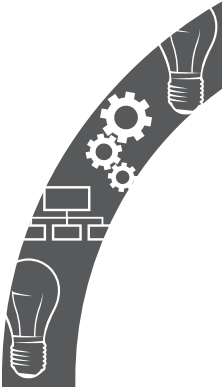
Em 2016, foram estabelecidas as bases para a formulação da Política Nacional de Transportes (PNT), com vistas a estabelecer e consolidar conjunto de princípios, diretrizes, objetivos e instrumentos para o Setor de Transportes. Para isso, foram realizadas consultas públicas e entrevistas no âmbito do Governo e no conjunto da Sociedade tendo sido analisadas políticas, planos, programas e projetos do Setor.

Corredores Logísticos Estratégicos

Em 2016, iniciou-se o projeto Corredores Logísticos Estratégicos, que permite o monitoramento abrangente e integrado das rotas de escoamento dos principais produtos brasileiros. A primeira etapa do projeto contemplou o levantamento das rotas do milho e do complexo da soja.



Fonte: Secretaria de Política Nacional de Transportes



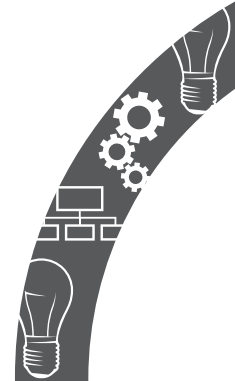
Cooperação Brasil – Estados Unidos

Em 2016, destacam-se os avanços na cooperação entre o Departamento de Transportes dos Estados Unidos – USDOT e o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, mediante compartilhamento de informações e absorção de experiências sobre o setor de transportes.

Em maio de 2016, comissão norte-americana participou no Brasil do Workshop Brasil – Estados Unidos: A Experiência Norte-americana na Gestão Hidroviária.



Abertura do Workshop Brasil – Estados Unidos.



Planejamento – Aviação Civil

Planejamento Aeroviário Nacional - PAN

Em 2016, foi desenvolvida a versão preliminar do relatório “Dimensão estratégica do Planejamento Aeroviário Nacional”, que consolida as premissas e objetivos gerais do Plano, tendo sido iniciada a segunda etapa do trabalho “Simulação de cenários para a Rede de Aeroportos Nacional” por meio de ferramenta de simulação com base em indicadores de custo-benefício, permitindo ao Governo Federal contínua avaliação das ações e benefícios projetados.

Programa de Aviação Regional

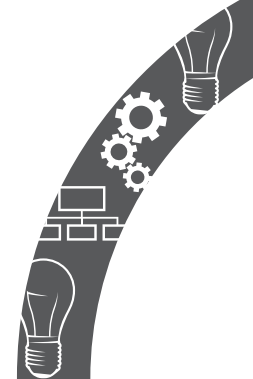
O Programa de Aviação Regional consiste na elaboração de estudos e projetos de reforma, ampliação e construção de aeroportos regionais, resultando na Rede de Interesse Regional. Em 2016, a Carteira de Projetos de aeroportos regionais contava com 177 aeroportos, dos quais, 58 integram a lista de aeroportos priorizados para a execução de obras.

Foram concluídos 35 Estudos de Viabilidade Técnica/Estudos Preliminares, 83 Estudos Ambientais e 23 Anteprojetos.

Acordos Internacionais

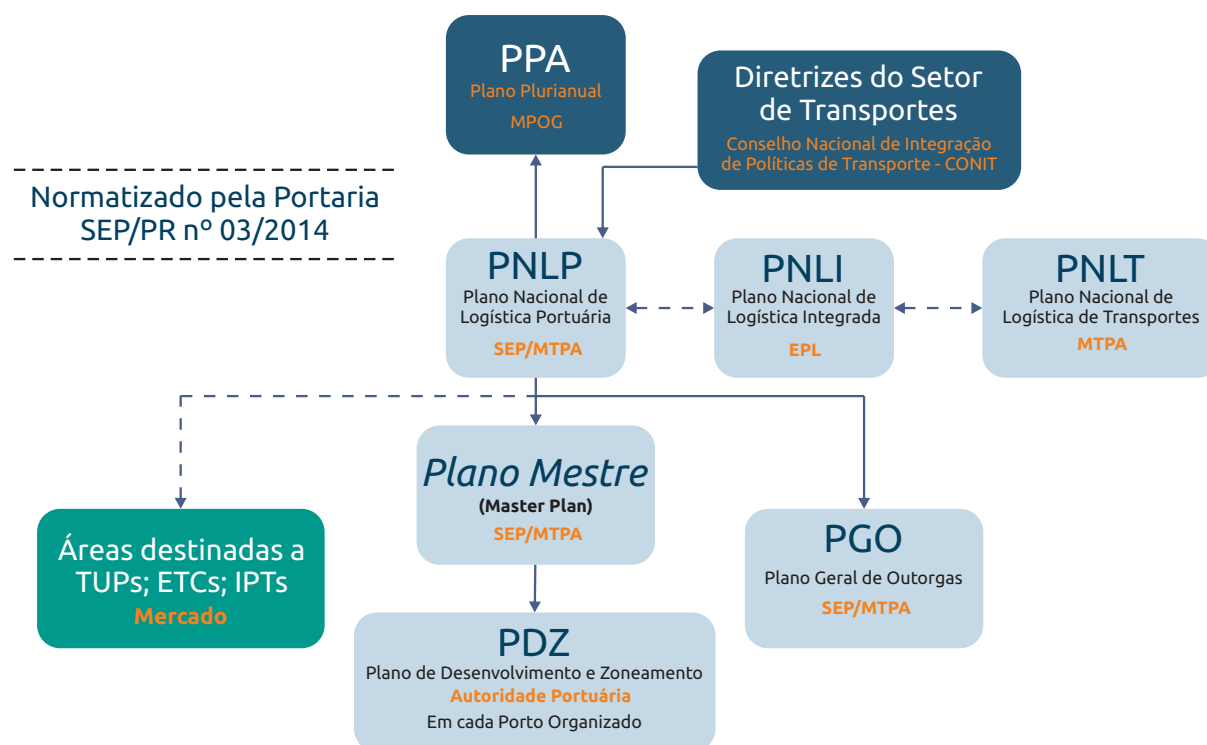
Em 2016, foi promovida a celebração de novos Acordos de Serviços Aéreos - ASAs.

A participação do Brasil na Conferência para Negociação de Serviços Aéreos (ICAN 2016), promovida pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), teve por objetivo reunir representantes de vários países para negociação dos respectivos ASAs, dentre eles: Estados Unidos, União Europeia, Reino Unido, Austrália, Singapura, Nicarágua, dentre outros.



Instrumentos de Planejamento do Setor Portuário

A partir do marco regulatório do setor portuário, o planejamento setorial foi elaborado em conformidade com as políticas e diretrizes de logística integrada, abrangendo tanto acessos portuários quanto infraestrutura e desenvolvimento urbano. Institucionalizado pelos instrumentos que passaram a formar o conjunto do planejamento do setor portuário nacional.



Instrumentos de Planejamento do Setor Portuário

Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP

Em 2016, foi realizado o monitoramento das metas e indicadores propostos pelo PNLP-2015, bem como a atualização anual da projeção de demanda e alocação de cargas.

Planos Mestres (Master Plan)

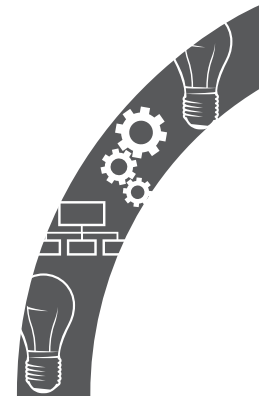
Foram publicados os Planos Mestres dos portos de Areia Branca e Itaquí, tendo sido iniciado o 3º ciclo de elaboração de Planos Mestres, com os trabalhos de atualização dos planos dos complexos portuários de São Francisco do Sul, Paranaguá-Antonina, Belém-Vila do Conde, Santarém, Santana, Itaquí e Porto Velho.

Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ

Aprovado e publicado o PDZ do porto do Rio de Janeiro, encontram-se em análise os PDZs dos portos de Angra dos Reis, Antonina, Barra do Riacho, Complexo Portuário de Belém, Forno, Fortaleza, Ilhéus, Imbituba, Itaguaí, Itajaí, Natal, Niterói, Paranaguá, Pecém, Pelotas, Porto Alegre, Porto Velho, Recife, Santana e Santarém.

Plano Geral de Outorgas - PGO

A primeira versão do PGO foi entregue em julho de 2016, com a elaboração da Base de Dados Eletrônica e Georreferenciada e o Guia de Procedimentos para Outorgas Portuárias.



Ficha Técnica

Produção e Execução

Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT: Herbert Drummond - Secretário

Departamento de Informações em Transportes - DEINT: Érico Reis Guzen - Diretor

Coordenação-Geral de Informações em Transportes - CGINT: Wagner de Lima Oliveira - Coordenador-Geral

Revisão

Chefia de Gabinete do Gabinete do Ministro: Ana Patrícia Gonçalves Lira

Assessoria do Gabinete do Ministro: Eduardo Praça, Jefferson Santos, Herik Lopes, Miguel de Souza e Leandro Vargas

Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro - ASCOM: Laura Couto Almeida e Ada Suenne Pereira

Assessoria do Gabinete da SPNT: Rafael Inácio Marques Veloso Lemes

DEINT: Maria Carolina Piloto de Noronha

Suporte Técnico

Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES

Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT

Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT

Secretaria de Política Regulatória de Aviação Civil - SPR

Secretaria de Aeroportos - SEAP

Secretaria de Navegação Aérea Civil - SNA

Secretaria de Infraestrutura Portuária - SIP

Secretaria de Políticas Portuárias - SPP

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO

Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD

Arte

Projeto Gráfico e Diagramação: Fernando Fusaro

Mapas: Iria Luna

Imagens: Acervo de fotos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL

